



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 021/022

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 021

22ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Palavras do Presidente:

Dep. Nelson Justus 04

Ato do Presidente 04

Expediente:

Indicações 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Wilson Quintero 09

Dep. Mauro Moraes 10

Dep. Enio Verri 10

Dep. Antonio Belinati 11

Dep. Rosane Ferreira 12

Dep. Péricles de Mello 14

Grande Expediente:

Dep. Chico Noroeste 16

Dep. Jocelito Canto 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 15

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 18

Dep. Edson Strapasson 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 20

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 21

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final 23

3ª Discussão 24

2ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 28

DIÁRIO Nº 022

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....29

Presenças.....29

Abertura da Sessão29

Expediente:

Mensagens 30

Requerimentos 34

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 37

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 38

Discussão/Votação

1ª Discussão 38

2ª Discussão 42

Redação Final 42

Encerramento da Sessão 43

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 43

Atas de Comissões

Espec. de Enquadr. e Recadastr.

de Funcion. da ALEP 44

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 021

22ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Palavras do Presidente:	
Dep. Nelson Justus	04
Ato do Presidente	04
Expediente:	
Indicações	05
Requerimentos	05
Projetos de Lei.....	09
Pequeno Expediente:	
Dep. Wilson Quinteiro.....	09
Dep. Mauro Moraes.....	10
Dep. Enio Verri.....	10
Dep. Antonio Belinati.....	11
Dep. Rosane Ferreira.....	12
Dep. Péricles de Mello	14
Grande Expediente:	

Dep. Chico Noroeste	16
Dep. Jocelito Canto	17
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	15
Liderança do PMDB	
Dep. Waldyr Pugliesi.....	18
Dep. Edson Strapasson.....	19
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Marcelo Rangel	20
Liderança do DEM	
Dep. Plauto Miró.....	21
Liderança da Oposição	
Dep. Elio Rusch	21
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	22
Discussão/Votação	
Redação Final.....	23
3ª Discussão	24
2ª Discussão	24
1ª Discussão	24
Requerimentos.....	26
Encerramento da Sessão	28

DIÁRIO Nº 021

22ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE MARÇO DE 2010**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dوبراندino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri,

Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Duílio Genari, Nereu Moura e Osmar Bertoldi (05).

Ausentes com justificativas o Sr. Deputado Fábio Camargo e a Sra. Deputada Luciana Rafgnin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Solicito à Sra. 1ª Secretária Cida Borghetti, que proceda, por gentileza, à chamada nominal dos Srs. Deputados ao plenário.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Suspendo a Sessão por 30, 40 minutos e convido a todos os Srs. Deputados para uma Sessão apenas entre nós, no Salão Nobre, neste instante.

(**Suspensa a Sessão**)

Palavras do Presidente:

Deputado Nelson Justus

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está reaberta a presente Sessão, aproveitando para saudar a todos que nos visitam. Lamentavelmente retardamos a votação que os Srs. e as Sras. tanto esperam, mas vamos votá-la ainda no dia de hoje.

Suspendemos a Sessão e tivemos uma Sessão somente com os Srs. Deputados algo que é perfeitamente regido pelo nosso Regimento Interno para que nós, de maneira democrática pudéssemos, a partir de hoje, dando prosseguimento ao nosso projeto de transparência, tão logo a Mesa Executiva se reuniu, hoje pela manhã fizemos questão de reunir todos os Deputados aqui presen-

tes, para comunicar o Ato do Presidente, número 002/10 que passo ler neste instante para que surta os seus efeitos legais.

(**Lê**):

Ato do Presidente

“ATO DO PRESIDENTE N° 002/10

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e; considerando a Lei Estadual n° 16390, de 02/02/10 e; considerando a necessidade de implementação de medidas administrativas para a implantação e efetivação das disposições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º O recadastramento anual de servidores ativos e inativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná, em razão da Lei n° 16390, de 02/02/10, bem como do Ato do Presidente de n° 001/10, obedecerá às normas estabelecidas neste ato.

Art. 2º Os servidores ativos e inativos deverão se recadastrar anualmente, a partir do corrente exercício, no mês do respectivo aniversário, com a finalidade de promover a atualização de seus dados cadastrais.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se também aos servidores afastados e licenciados.

§ 2º Ficam também obrigados ao recadastramento os servidores que acumulem regularmente cargos, empregos ou funções públicas.

§ 3º Excepcionalmente no exercício do corrente ano, todos os servidores deverão se recadastrar até o dia 17/05/10.

Art. 3º O recadastramento anual deverá ser realizado pelos servidores, na seguinte conformidade:

I - preferencialmente, no endereço eletrônico www.alep.pr.gov.br; ou

II - por meio de ficha cadastral própria que será disponibilizada pelo Departamento Pessoal da Assembleia, ou no mesmo endereço eletrônico.

§ 1º A ficha cadastral, de que trata o inciso II deste artigo, deverá ser retirada e devolvida pelos servidores, e entregue à Comissão de Recadastramento.

Art. 4º O recadastramento anual consistirá na atualização de dados e respectiva validação, na seguinte conformidade:

I - por parte dos servidores, a atualização de dados pessoais, de dependentes para fim previdenciário e de imposto de renda, de escolaridade e funcionais, conforme o constante nos anexos que serão disponibilizados.

Art. 5º Os servidores deverão se recadastrar, impreterivelmente, no mês do respectivo aniversário.

Parágrafo Único. No recadastramento anual os servidores que aniversariaram em data de férias ou recesso, submeter-se-ão na seguinte conformidade:

- a) os aniversariantes do mês de dezembro, no mês de fevereiro, com os aniversariantes do mês;
- b) os aniversariantes do mês de janeiro, no mês de março, com os aniversariantes do mês;

Art. 6º O dirigente do órgão de recursos humanos deverá, no mês seguinte ao término para o recadastramento anual dos servidores, validar os recadastramentos efetuados ou justificar a ausência dos mesmos.

Parágrafo Único. O órgão de recursos humanos, no período de que trata o *caput* deste artigo, deverá inserir no sistema de recadastramento os dados atualizados recebidos por intermédio da ficha cadastral, de que trata o inciso II, do artigo 3º, deste ano.

Art. 7º Os servidores que omitirem dados ou prestarem informações incorretas ou incompletas serão responsabilizados nos termos da lei.

§ 1º Os servidores que não se recadastrarem na forma estabelecida, terão suspensos seus vencimentos ou salários.

§ 2º O pagamento de vencimentos ou salários suspensos será restabelecido quando da regularização do recadastramento de que trata esta resolução.

Art. 8º Concluído o recadastramento e validação, será procedido o enquadramento de que trata a Lei nº 16390 de 02/02/10.

Art. 9º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná”

Quero também comunicar àqueles que porventura não participaram da nossa reunião, que a Mesa Executiva, na manhã de hoje, indica o Deputado Edson Praczyk juntamente com o Deputado Durval Amaral para que iniciem as tratativas para que tenhamos a publicação dos nossos Diários no sistema on-line.

Também que todas as denúncias que foram feitas por quem quer se seja, apuradas e encaminhadas ao Ministério Público. Alíás, o Ministério Público tem demonstrado o maior interesse em apurar essas denúncias, até porque muitas delas já se encontram há algum tempo.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 040/10

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde a liberação de recursos financeiros, para a Irmandade Santa Casa da Misericórdia Nossa Senhora do Rosário no Município de Colombo. Sendo o valor de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), para viabilizar a reestruturação física do prédio que se encontra em estado precário e R\$ 200.000 (duzentos mil reais) para manutenção e custeios das diversas despesas mensais.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Governador do Estado Sr. Roberto Requião e ao Secretario de Estado da Saúde Sr. Gilberto Berguio Martin, a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), para a Irmandade Santa Casa da Misericórdia Nossa Senhora do Rosário no Município de Colombo. Sendo o valor de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), para viabilizar a reestruturação física do prédio que se encontra em estado precário e R\$ 200.000 (duzentos mil reais) para manutenção.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a solicitação por tratar-se de um hospital referencia na Região Metropolitana, sendo que 98% (noventa e oito por cento) de sua demanda é destinada ao atendimento pelo SUS.

Diante disto, e visando atender a população da melhor forma possível, a liberação destes recursos em muito ajudaria o atendimento a população da Região Metropolitana no que diz respeito à Saúde.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de março (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição e interstício.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 22/03/10, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projeto de Lei nº 103/10, que concede aumento percentual de 5% (cinco por cento) a todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Federal. (Advogado, auditor fiscal, delegado, procurador, IAPAR, ensino superior, QPPE, magistério, EMATER, policiais civis e militares).

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Stephanes Júnior, Luiz Carlos Martins, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Cheida, Péricles de Mello, Neivo Beraldin, Fernando Scanavaca, Waldyr Pugliesi, Dobrandino da Silva, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Elio Rusch, Beti Pavin, Artagão Júnior, Francisco Bühner, Plauto Miró e Alexandre Curi.

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 22/03/10, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nº 101/10, que objetiva modificar o vigente código de vencimentos da Polícia Militar do Parnaá e adota outras providências. (Reestruturação na composição da remuneração dos militares estaduais gratificação por tempo de serviço) e Projeto de Lei nº 102/10 que dispõe sobre as carreiras de policiais civis de investigador de Polícia, escrivão e papiloscopista, e adota outras providências. (Equiparação salarial ao QPPE de nível superior).

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Luiz Eduardo Cheida, Stephanes Júnior, Luiz Carlos Martins, Luiz Accorsi, Péricles de Mello, Neivo Beraldin, Fernando Scanavaca, Waldyr Pugliesi, Dobrandino da Silva, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Beti Pavin, Artagão Júnior, Francisco Bühner, Plauto Miró e Alexandre Curi.

REQUERIMENTO Nº 637

Senhor Presidente:

O Deputado Neivo Beraldin que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 705/09, de minha

autoria, que declarava utilidade pública a União Espírita Jesus Maria José.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, conforme especifica o artigo 185, parágrafo 2º e artigo 186 e seus parágrafos, a retirada da Ordem do Dia, desta quarta-feira, dia 17/03/10, do Projeto de Lei nº 621/09, de sua autoria, para que seja anexada a emenda que se segue, alterando a súmula e os artigos 1º e 2º que vigorarão com a seguinte redação:

“EMENDA

SÚMULA:

Denomina rodovia Julio Motta a rodovia PR-182, no trecho que liga o trevo da BR-376 até a Cidade de Loanda.

Art. 1º Fica denominada rodovia Julio Motta o trecho da rodovia PR-182, entre o trevo da BR-376, até a Cidade de Loanda.

Art. 2º O trecho de que trata o artigo anterior possui 20 quilômetros”.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 661/09, item 05 da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente:

Pelo presente, a Deputada Luciana Rafagnin, REQUER justificativa de sua ausência nas Sessões que se realizarão hoje nesta Assembleia Legislativa, em razão de estar participando da assinatura do Termo de Cooperação para instalação do *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR. O referido evento ocorrerá hoje, às 15h30 na Cidade de Palmas - Sudoeste do Estado, por iniciativa do Governo do Estado através da SETI.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário

respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família De Paula pelo falecimento do Sr. Delson José de Paula, ocorrido no dia 08/03/10, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a Sra. Marli de Paula Santos.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 649

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER envio de voto de pesar, a família Londregue pelo falecimento do Sr. Antonio Camargo Londregue, ocorrido no dia 13/03/10, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a Sra. Maria Londregue.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 650

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Toniolo pelo falecimento da Sra. Terezinha Ivete Motin Toniolo, ocorrido no dia 12/03/10, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Sr. Agostinho Toniolo.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 671

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER envio de voto de pesar, à família Machado pelo falecimento da Sra. Marinês Machado, ocorrido no dia 13/03/10, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Sr. Claudio Cordeiro Messias.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 631

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Igreja Batista do Bacacheri, pela realização, em 21 de março deste ano, do culto de Ação de Graças pelos 317 anos do Município de Curitiba. A Igreja Batista

tem participado, ativamente, há longos anos, na evangelização e em obras sociais da Cidade, sendo merecedora da homenagem e reconhecimento público desta Casa de Leis.

Requeiro que a decisão dos nobres Parlamentares seja comunicada ao Pastor Roberto Silvado, com votos de que Deus continue derramando ricas chuvas de bênçãos sobre a direção eclesiástica e todos os paroquianos.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pela posse da Sra. Lara Beatrice Biezu, como primeira mulher a ocupar o cargo de presidente em 31 anos da entidade, Associação Comercial e Empresarial de Palotina - ACIPA, bem como dos membros da diretoria executiva e conselho deliberativo fiscal, na pessoa da presidente da Associação, Sra. Lara Beatrice Biezu e demais profissionais que compõem a Diretoria.

Requer, outrossim, seja dada ciência a Sra. Lara Beatrice Biezu, bem como requer congratulações ao Ex-Presidente Sr. Ronaldo Augusto Iores, pela brilhante administração em sua gestão.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO N° 643

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de voto de congratulações à Sra. Liliane Ribas Tavarnaro, pela posse na presidência do Sindicato de Habitação e Condomínios do Paraná - SECOVI.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO N° 644

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de voto de congratulações aos novos dirigentes da Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG, na pessoa de seu Presidente, Sr. Sinval Ferreira da Silva, pela posse na presidência na Diretoria da Associação.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO N° 645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando os seguintes documentos e informações relativos às investigações sobre as denúncias de contratação irregular das Sras. Jermina Maria Leal da Silva e Vanilda Leal na Assembleia Legislativa do Paraná:

- Quando foi feita a denúncia ao Ministério Público sobre a contratação irregular, das citadas senhoras?

- Foi esclarecido quem solicitou a contratação das referidas senhoras e a lotação funcional das mesmas? A que Deputado Estadual estão vinculada?

- Quais os resultados das investigações desse MP até o presente momento?

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando os seguintes documentos e informações relativos às informações com a maior presteza possível:

- Existe alguma investigação sendo realizada por esse Ministério Público no curso e sobre o mandato deste Parlamentar?

- Em caso de resposta afirmativa, solicitamos seja informado o andamento da investigação e, ao mesmo tempo, nos colocamos à disposição para prestar quaisquer informações.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente, com fundamento nos artigos 131, inciso IX e 134 do Regimento Interno, REQUER a V. Exa., que sejam fornecidas a este Parlamentar, juntamente acompanhado de documentos relacionados, as seguintes informações:

a) Quantas vezes esta empresa foi contratada pela Secretaria de Transporte do Estado do Paraná? Juntar contratos.

b) Para quais prestações de serviço a empresa Empresa Gaissler Moreira Engenharia Civil Ltda. foi contratada?

c) Se ocorreu licitação para a contratação da empresa? Juntar cópias.

d) Qual o valor montante para a contratação desta empresa, bem como sua forma de pagamento?

e) Se nos contratos elaborados com a empresa existiam prazos para entrega da prestação de serviço? Se os mesmos foram cumpridos? (anexar documentos)

f) Se as obrigações de ambas as partes foram cumpridas conforme estipulado em contrato?

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em questão tem como objetivo obter, também buscar verificação do andamento dos contratos mencionados, por interesse público e legal. Para tais prestações, motiva-se, os princípios Constitucionais da Administração; princípio da publicidade, moralidade, legalidade e transparência. Nada mais tendo a manifestar, posto aqui meus fundamentos.

REQUERIMENTO N° 653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente, com fundamento nos artigos 131, parágrafo 3°, inciso IX e 134 do Regimento Interno, REQUER V. Exa., que sejam fornecidas a este Parlamentar, juntamente acompanhado de documentos relacionados, as seguintes informações:

a) Quantas vezes esta empresa foi contratada pela Secretaria de Transporte do Estado do Paraná? Juntar contratos.

b) Para quais prestações de serviço a empresa UNITE Consultoria Engenharia e Empreendimentos Ltda. EPP foi contratada?

c) Se ocorreu licitação para a contratação da empresa? Juntar cópias.

d) Qual o valor montante para a contratação desta empresa, bem como sua forma de pagamento?

e) Se nos contratos elaborados com a empresa existiam prazos para entrega da prestação de serviço? Se os mesmos foram cumpridos? (anexar documentos)

f) Se as obrigações de ambas as partes foram cumpridas conforme estipulado em contrato?

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em questão tem como objetivo obter, também buscar verificação do andamento dos contratos mencionados, por interesse público e legal.

Para tais prestações, motiva-se, os princípios Constitucionais da Administração; princípio da publicidade, moralidade, legalidade e transparência. Nada mais tendo a manifestar, posto aqui meus fundamentos.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 119/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública estadual a Fundação Vilela Batista, com sede e foro no Município de Apucarana.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Vilela Batista, com sede no Município de Apucarana, conforme disposto no artigo 1°, de seu estatuto, é associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, conforme se vê no artigo 4, dentre outros, colaborar com todas as pessoas e entidades interessadas no desenvolvimento das ciências médicas, em especial no campo da cardiologia, patrocinar o desenvolvimento e novos produtos e equipamentos, sistemas e processos, promover simpósios, cursos e estudos etc.

A Fundação Vilela Batista presta, pois, serviços inestimáveis à comunidade de Apucarana.

A declaração de utilidade pública da Fundação Vilela Batista constituirá, portanto, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver seus trabalhos - sempre carente de meios - de modo a que essa associação possa pleitear recursos adicionais e, assim, continuar a desenvolver seu notável trabalho no auxílio às pessoas que, a cada dia, mais a procuram.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo neste instante, dentro do Pequeno Expediente, a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas integrantes da honrosa Polícia Militar do Paraná.

Levanto hoje para ressaltar algumas questões de interesse dos servidores públicos do Paraná, relacionados ao atendimento da Saúde Pública, principalmente da Região Noroeste do Paraná.

Mas antes de fazê-lo, não poderia deixar de fazer uma referência toda especial, Sr. Presidente, nesse momento, em que a Assembleia Legislativa passa a fazer uma grande reflexão, quanto algumas questões.

Faço essa referência como Deputado de início de mandato, mas que posso contemplar que essa Casa está avançando no critério da transparência. A oportunidade

do cadastramento daqueles que prestam serviços na Assembleia Legislativa e ao mesmo tempo, os gabinetes dos Deputados, nos dá a oportunidade do povo do Paraná de conhecer a todos.

Tenho que parabenizar a Mesa Diretora pela iniciativa pela postura, pelo equilíbrio por que dá exemplo, não ao Paraná, mas ao Brasil.

Vejo também em V. Exa. uma postura de equilíbrio diante das circunstâncias e muitas vezes alguns podem temer, o senhor se levanta com bastante firmeza como disse, para a solução.

Sou daqueles que acredita que: todas as coisas cooperam para o bem. Ainda que passamos por alguns momentos mais difíceis, mas essa postura de mudança, de transformação e sobretudo, de transparência nos dá a certeza e a segurança de que o Paraná tem uma direção na Assembleia Legislativa de que realmente quer o bem de todo o povo.

Quero me dirigir agora a dificuldade de 45 mil servidores sem atendimento médico em Maringá. Houve lamentavelmente um rompimento de contrato entre o Governo do Estado com o Hospital de Santa Rita de Maringá que prestava serviços a todos os servidores daquela Região Noroeste.

Esse rompimento trouxe grandes dificuldades. Hoje, um jornal de circulação estadual traz essa matéria, que realmente chama atenção de todos nós, quanto a essa dificuldade.

Por quê? O Hospital Santa Rita, que é um hospital regional de Maringá, sobre a direção do Dr. Iran, realmente tem prestado um serviço extraordinário e de excelência, principalmente aos paranaenses da Região Noroeste.

Esse rompimento está ligado a dificuldade do custo dos atendimentos. Na matéria o valor máximo a ser pago, segundo edital de licitação, era de R\$ 23,80; enquanto o segundo os hospitais tal valor deveria ser no mínimo de R\$ 32,86. O Hospital Santa Rita afirma que manteve o atendimento após 31 de janeiro, que foi o rompimento do contrato, até ver se seria possível ou não a continuidade.

Faço esta referência, apesar de estarmos ansiosos para instaurar o debate quanto ao projeto que mexe com toda a estrutura e reorganização funcional e até de salários dos policiais militares, faço esta referência de Saúde Pública, porque estamos na região com 45 mil servidores do Estado do Paraná sem o atendimento de saúde.

Fica o registro, fica a preocupação de todos os Deputados do Paraná e, sobretudo um apelo ao Governo do Estado para que em contratos de emergência se restabeleça o quanto antes este atendimento, sob pena de prejuízos a direitos fundamentais, que é o direito à saúde. O direito à saúde é direito de todos e sobretudo obrigação do Estado. Portanto, o Estado tem que ter eficiência, rapidez. E se houve um desacordo contratual, não resta dúvida de que a gestão pública administrativa deve ser eficiente para restabelecer este atendimento.

Quero finalizar cumprimentando novamente aos oficiais da nossa honrosa Polícia Militar e dizer que os Deputados, sem dúvida nenhuma, são sensíveis e estão prontos a demonstrar o que realmente vocês esperam. Porque sabemos o quanto é importante a Segurança Pública do Estado. E a questão estrutural, salarial, carreira, a questão do soldo, esta contemplação em volta destas gratificações, integrando um planejamento de carreira, é fundamental para a Segurança Pública do Estado do Paraná.

Da nossa parte, há solidariedade absoluta. E vamos estar sempre prestando nossa contribuição à honrosa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PSDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores presentes, policiais militares, oficiais da nossa valorosa Corporação da Polícia Militar. Ocupe esta tribuna exatamente para falar sobre as mensagens que nosso Governo encaminhou a esta Casa, para que possamos dar um reajuste aos policiais militares do Estado do Paraná.

A princípio disse que concordo plenamente com as duas primeiras mensagens, porque a primeira transforma em soldo todas aquelas gratificações que os policiais tinham. A segunda, que vai dar 5%, que é linear a todo funcionário do Estado do Paraná. Até aí, tudo bem.

Concordo, também, com o aumento que se prevê a todos os oficiais do Estado que estão com salários - realmente - defasados e precisam ter o aumento. Mas, não vou fugir à minha responsabilidade da luta que me custou a demissão da Comissão da Segurança Pública do Estado do Paraná, representando o Legislativo, quando defendi há anos atrás um reajuste muito mais efetivo aos nossos Praças, aos nossos policiais: Sargento, Subtenentes, Cabos e Soldados.

Então, concordo, sim, plenamente com o aumento. Vou votar favoravelmente, porque nossos oficiais estão com os salários totalmente defasados. Mas, vou apresentar emendas e quero agradecer aos meus colegas que subscreveram esta emenda, os Deputados Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, para que possamos igualmente aumentar um pouco mais o reajuste que está sendo dado aos nossos policiais, Praças. Defendi sempre isso: aumentar o efetivo e aumentar o salário dos nossos policiais. São requisitos essenciais e de primacial importância para nós, que queremos ter mais segurança. Não se pode falar em segurança se não pagarmos bem os nossos policiais, quer sejam os nossos oficiais quer sejam os nossos Praças.

Então, vocês podem ter certeza de que vou votar favoravelmente ao projeto como está, porque toda a Polícia, toda a Corporação merece um grande aumento, mas vou apresentar esta emenda, para que possamos melhorar um pouco mais o aumento dos nossos Praças, que estão na rua colocando as suas vidas em risco na defesa e proteção de todo cidadão paranaense.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, esse alerta de que na sequência - já pegamos as assinaturas devidas - vamos dar encaminhamento a essa emenda, a qual peço aos Srs. Deputados desta Casa que colaborem e que ajudem, porque é justo esse aumento que vem. Depois de tanta luta, de tanta batalha, conseguimos fazer com que esta Casa tenha essas mensagens para que sejam aprovadas. Mas, vamos fazer uma justiça um pouquinho melhor ainda aumentando, dando uma satisfação a esses valorosos homens que estão na rua diariamente colocando até as suas vidas em risco.

Então, conto, em todo momento, com o apoio dos Deputados para que possamos realmente ajudar os nossos Praças, que estão trabalhando no limite. Não dá mais para suportar! Eles já fizeram demais. A Polícia Militar do Paraná, sem sombra de dúvidas, é uma das melhores, senão a melhor Polícia de todo o Brasil, mas nós temos que valorizar esses homens, temos que reconhecer o trabalho que eles prestam à nossa comunidade. Não podemos sequer pensar que eles possam cruzar os braços ou fechar os olhos mediante o índice de criminalidade, que aumenta assustadoramente, e eu disse ontem para vocês que passamos de sete horas a cada assassinato na região de Curitiba, e no mês de fevereiro pudemos constatar que teve um índice de a cada 45 minutos uma pessoa ser assassinada. Pasmem, Srs. Deputados! Na região de Curitiba, estatística do mês de fevereiro, a cada 45 minutos uma pessoa foi assassinada!

Estamos perdendo a guerra para a violência. Não podemos permitir que Curitiba se torne uma capital da violência, não podemos admitir, de jeito nenhum, que o Estado do Paraná seja um Estado tão violento quanto o Estado do Rio de Janeiro. Por isso temos que ter a nossa Polícia Militar ganhando um salário digno. É o que peço a todos os Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, colegas Parlamentares e visitantes.

Sei que a pauta de hoje, sem dúvida nenhuma, é de muita importância, que é a votação dos projetos encaminhados aqui pelo Governo do Estado. Pedindo autorização ao nosso líder, a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente a essa proposta. Entendemos que ela

é necessária e muito boa para os trabalhadores da Polícia Militar e, sem dúvida nenhuma, entendemos que é um grande salto de qualidade para uma categoria que precisa de muita atenção e de muito respeito.

Mas, estou aqui para me referir a um grande problema que ainda temos no Estado do Paraná. O Paraná tem ainda sete Municípios que não são ligados por via asfáltica. Esse é um desafio com o qual esses Municípios sofrem muito. Quero fazer um destaque aqui à Cidade de Mato Rico, que tem pouco mais de 20 quilômetros que não dispõem de asfalto e às vezes você leva quase uma hora para chegar a uma Cidade, de mais de 4 mil habitantes que, tem direito às conquistas sociais, aos avanços que o Brasil e o Paraná vêm tendo, e que hoje, com qualquer chuva, com qualquer dificuldade, fica absolutamente isolado. Por isso não poderia deixar de falar aqui de todas as Cidades, claro que temos Campina do Simão, que a obra já foi anunciada e começa agora, um grande avanço, e um apoio que o Governador Roberto Requião nos deu. Mas fica a expectativa que pelo menos neste ano possamos colocar no orçamento, se não na forma do orçamento que será remetido pelo Governo do Estado para ser executado no ano que vem, ou na forma de emenda, que nós Parlamentares ainda neste mandato iremos fazer, possamos lembrar dessa Cidade e dessa população. Porque afinal de contas esses sete Municípios tornaram-se exceção, um Estado de 399 Municípios, onde apenas agora seis Municípios não têm essa ligação, é uma exceção, é uma minoria, e essas minorias sempre foram prioridades do Governador Roberto Requião. Espero que possamos, ao findar o seu Governo, garantir essa minoria e garantir essas conquistas.

Faço aqui também uma homenagem à toda comitiva que veio fazer essa reivindicação aqui em Curitiba, na figura do Prefeito Joaquim Ortiz que está aqui, do Marcelo que é o seu Vice-Prefeito, e também à toda Câmara de Vereadores que está aqui, a Inez, o Silvestre, o Antonio, o José, o Dirceu, e mesmo o Waldomiro que é o chefe de gabinete, e o Vicente que é o advogado, assessor jurídico. Quero dizer a vocês que é uma luta que vale a pena, que é uma luta que não é só de Mato Rico, mas são desses seis Municípios, e que tenho certeza que estará presente não só na memória desse que vos fala, mas presente e todos os Parlamentares que lutam por ter um Paraná cada dia mais justo, um Paraná cada dia melhor. Podem contar com a Assembleia e com o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes, membros da nossa gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Como está bonita a galeria, e aquela expectativa igual o filho que está para nascer, vai sair o aumento ou não? Daqui a pouco vamos ter acho que um resultado favorável. É o que todos esperam.

Agora há pouco vimos na internet, em Maringá, um homem preso porque estuprou mais de 30 meninas na idade de 10 a 17 anos.

Bom, o IBOPE divulgou agora há pouco que o Serra está com 35%, a Dilma está com 30%, e a Gazeta do Paraná mostra que a Dilma poderá ter dois palanques aqui no Paraná.

A Gazeta do Paraná: *Projeto tenta calar o Ministério Público*. A Dona Laura Jesus de Moura e Costa, aqui com a equipe do SINDI/SEAB, eu pediria para mostrar aqui na tribuna de honra, tem uma emenda que vamos apresentar no projeto de aumento para o funcionalismo para contemplar os servidores do SINDI/SEAB.

Uma coisa triste: está caindo a arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios, e já tem Prefeito que quer pegar uma carona em demitir servidor. Vou fazer um apelo aos Prefeitos para que não façam isso não. Numa hora que estamos vivendo sobre efeito de crise, o trabalhador demitido dificilmente encontrará outro emprego. E pedimos a Deus que ajude o nosso Brasil.

Estou vendo que a indústria está operando em vermelho. Se o empresário está mal, está mal também para o trabalhador. Se a indústria diminui a produção, consequentemente vai reduzir o quadro de funcionários. E as lojas vão vender menos. E vendendo menos vai diminuir o quadro de funcionários, ou o funcionário que ganha à base de comissão vai levar menos dinheiro para casa no final do mês.

Sr. Presidente, a Polícia Científica do Paraná, não sei o que houve, esqueceram de colocá-la no projeto de aumento para o funcionalismo público. Já me comprometi com todo o pessoal da Polícia Científica de apresentar uma emenda no projeto de aumento ao funcionalismo. Estranho deixar um segmento tão importante de foram do reajuste. Quero agradecer a presença dos policiais e dos bombeiros, que dão um colorido tão especial hoje nesta Casa, que é a Casa do povo, que é a Casa dos policiais.

Pelo tempo que estou aqui, desde 1970 quando me elegi pela primeira vez, conheço o crescimento da Polícia Militar do Paraná. Peguei até o tempo ruim da Polícia Militar. Hoje é uma outra Polícia. Teve um tempo que quando a pessoa não tinha emprego, pegava um Deputado como padrinho e era nomeado para a Polícia Militar, às vezes, sem nenhum preparo. Hoje vou ali no 5º Batalhão, na Cidade de Londrina, vejo aquela garotada jovem ingressando na Polícia Militar, e uma grande parte está cursando universidade ou já terminou o curso superior. E hoje está difícil ingressar na Polícia Militar. Os que aqui estão, no mínimo, é uma demonstração de competência, se prepararam para poder ter acesso à Polícia Militar. É uma profissão de alto risco, como vimos agora no último final de semana, bem no coração de Curitiba, um policial, ao algemar um bandido que estava assaltando uma farmá-

cia, não viu que o outro bandido estava escondido. O bandido saiu de trás de um muro, pegou a arma do próprio policial e o matou.

Eu fico indagando: quando morre um policial no cumprimento do seu dever, será que a viúva recebe flores do Governo? Recebe um baita de um discurso e põem a tropa para dar uns tirinhos, mas a garantia para viúva e para os filhos fica só na teoria, só no discurso.

Então, é uma profissão de risco, no momento em que a droga é o grande mal do século e os bandidos, sob efeito da droga, tornam-se mais perigosos.

Quero cumprimentar a todos que aqui estão, aos policiais e bombeiros que estão nos acompanhando nas mais diferentes Cidades do Paraná, através da TV MERCOSUL e também através da TV SINAL. Agradecer a Deus pela vida de cada policial, homem ou mulher que tem ajudado nesta tarefa muito difícil que é garantir a todos nós cidadãos civis a Segurança Pública que a família precisa, que o empresário precisa, que o agricultor precisa.

Sabemos que o efetivo da Polícia não aumentou conforme a população, não. Tem Município aqui no Paraná, Deputado Mauro Moraes, que chega a ter um policial, dois policiais. E o povo coloca a culpa no policial. Já falei, aqui desta tribuna, que o policial está ali no centro de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, alguém grita pega ladrão, porque alguém bateu uma carteira, o policial coitado corre lá. Agora, tem uma frescura que o cara que é meio gordinho não querem nem ter na Polícia Militar. Isto é uma discriminação. Então, o policial vai e prende o assaltante, aí o mesmo povo que gritou para prender muda o discurso e pede para soltar, porém, se soltar quem tem programa policial, infelizmente, tem repórter policial que vive para esgrachar a Polícia. Muitas vezes, o policial é colocado na tela como se fosse um bandido, um marginal. É colocada sobre os ombros do policial, a culpa por uma eficiência maior na Segurança Pública, que não depende do policial como ser humano. A Polícia precisa de maior efetivo, de mais veículos, de mais armas, de mais treinamento.

Sr. Presidente, para terminar, quero dizer que hoje é um dia histórico. Caros policiais da Polícia Militar, se passarmos batido hoje, pode ser que vá levar mais dois, três, quatro anos para nos reunirmos de novo, quem estiver aqui como Deputado para discutir um novo aumento para corrigir a injustiça com a Polícia Militar. A nossa bancada votará pelo aumento, homenageando os Oficiais. Não podemos defender o que ganha menos querendo tirar do que ganha mais. Não é esse o sentido. Não vi nenhum policial dizer: “Olha, tira dele e passa para mim!” Vamos votar, Deputado Romanelli, o que está sendo oferecido para os Oficiais. Não podemos defender o que ganha menos para tirar do que ganha mais. Pois bem, diante disso, queremos homenagear os Oficiais porque para chegar a Oficial vocês estudaram, trabalharam, participaram de curso.

Domingo, eu estava vindo de ônibus de Londrina. Viação Garcia, às 14h30, e tinha um jovem de Cornélio Procópio sentado ao meu lado, eleitor do Romanelli. Perguntei o que fazia e ele disse: “Sou Sargento da Polícia Militar em Cornélio Procópio. Estou vindo fazer um curso de dois anos em Curitiba”. Então, quem progrediu, progrediu porque passou por treinamento, por curso, se esforçou. E aqueles que ainda não chegaram a uma posição melhor, também, estão lutando para crescer na Polícia Militar. Todos têm valor. Acho que uma tropa ou uma Polícia Militar é como em um time de futebol. Quem é que é importante num time de futebol? A diretoria? Sim, porque ela tem que arrumar dinheiro, mas o jogador é importante, o treinador, o roupeiro, o médico, o goleiro porque se o goleiro for frangeiro ele toma quatro gols. Não adianta o Kaká marcar cinco gols e lá na frente o goleiro tomar seis gols. Então, o goleiro é importante, o atacante, a defesa, o preparador de goleiro. Todos são importantes. Acho que na Polícia Militar é uma família. Todos têm os mesmos ideais, que é servir ao nosso Paraná, é trabalhar visando preservar ou garantir a segurança do nosso povo.

Como nossa homenagem à Polícia Militar, para terminar quero destacar a emenda que assinamos aqui. Coronel está estipulado R\$ 11 mil 655. Deixe o Coronel ali. Vamos esquecer. É uma homenagem ao Coronel. Não vou ler todas as categorias, mas, por exemplo, aqui, na emenda que já assinamos, o Primeiro-Tenente iria para R\$ 8 mil e 519; o Segundo-Tenente iria para R\$ 7 mil e 668; o Aspirante à Oficial iria para R\$ 6 mil e 200; Subtenente para R\$ 6 mil e 200; 1º Sargento iria para R\$ 6 mil e 559; 3º Sargento iria para R\$ 4 mil e 976; o Cabo iria para R\$ 4 mil 452; Soldado 1ª Classe R\$ 4 mil e 312; Soldado 2ª Classe R\$ 4 mil e 079. Romanelli, porque o Soldado hoje, o Requião mandou a proposta para o salário ir para R\$ 2 mil e 239, pode ser que vá levar dois, três anos para ter um novo aumento. Só que desse salário de R\$ 2 mil e 239, vai ter de desconto R\$ 55 de Imposto de Renda; R\$ 220 de Fundo de Previdência, Fundo de Saúde R\$ 15. Ou seja, ficaria apenas R\$ 1 mil 940 esse salário vergonhoso, mingua, desumano, dos policiais. É esse o nosso posicionamento.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Próxima oradora inscrita é a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Oficiais e Praças da Polícia Militar.

É sempre uma responsabilidade usar a tribuna depois do Deputado Belinati, conhecedor e comunicador como ninguém.

Por mais de uma vez ou por mais de uma dezena de vezes, para ser mais precisa, ocupei esta tribuna para falar de Segurança. Venho de Araucária, é cuidada pelo 17º Batalhão da Polícia Militar e 2ª Companhia de Polícia, temos dificuldades imensas na nossa região. Mas acho que hoje é um dia glorioso. E nós, é o meu entendimento depois da reunião que participei pela manhã com o Coronel Rodrigo e demais Oficiais, o meu entendimento é que estamos falando hoje bem mais do que o aumento salarial para a Polícia Militar, estamos falando da modificação do código de vencimentos da Polícia Militar. É uma situação muito mais profunda do que aumento salarial. E não tenho nenhuma dúvida, que é um passo importantíssimo que se dá para se buscar um dia o ideal da Segurança, estamos longe do ideal.

Mas, neste momento, já com o orçamento votado por esta Casa, temos que ter isso muito claro, o dinheiro a ser usado, todos os recursos do Estado do Paraná por aqui passaram e já votados, onde o Governo traz para a nossa apreciação e para a nossa complementação e modificação, se for necessário, um código de modificação de vencimentos, é um grande salto. E não tenho dúvidas, que uma das coisas que mais atrapalha o servidor público é a falta de estímulo para que ele cresça no trabalho. E o estímulo passa pela questão financeira, sim, passa pelo contracheque, mas também passa por outras situações como o reconhecimento do papel de cada um no sistema.

Então, estaremos aí e votarei a favor. Vamos apreciar as colocações dos demais Parlamentares e, não tenham dúvidas, esta Casa trabalha no sentido de melhorar o Paraná. E não dá para melhorar a vida dos paranaenses, sem melhorar e muito a situação da Polícia Militar e das demais Polícias deste Estado. Então contem comigo.

Mas, o que me trouxe aqui não foi essa questão do dia de hoje, ontem protocolei algumas indicações, um projeto de lei e alguns requerimentos. Eles não foram lidos, porque me foi informado que a Casa determinou que a partir de agora alguns documentos terão aprovação automática e não serão lidos, quando da hora do seu protocolo, junto à Executiva.

Acho isso muito ruim. É importante que mostremos nosso trabalho, é importante que as pessoas de Araucária saibam que no dia de ontem protocolei uma indicação, em caráter de urgência, para a reforma da Escola Dias da Rocha, a mais antiga daquela Cidade, que se encontra em total abandono, com condições físicas absolutamente precárias. É importante que esteja registrado nos Anais desta Casa e que as pessoas que estão me assistindo - não digo os meus, mas as pessoas que são responsáveis por estarmos aqui como um todo - saibam que no dia de ontem protocolei uma indicação. Porque não podemos fazer projeto de lei nesse sentido, para a criação de cargo de agente educacional de segurança, no Quadro dos Funcionários da educação básica da rede pública estadual do Paraná. Temos já o agente educacional nível 01 e o 02, que tem no seu plano de cargos a função de cada um.

Queremos resgatar a figura do inspetor. Vocês se lembram daquele senhor ou senhora que ficava na escola e que tínhamos absoluto respeito? Quando falo, não é nem de temor ou medo, e sim de respeito, alguém que estava de olho nas nossas atitudes, não em um cerceamento da liberdade, mas que nos faziam agir conforme a disciplina do estabelecimento que frequentávamos. Nós cumpríamos normas, como temos que cumprir normas hoje e elas têm que estar claras e transparentes, dentro desta Casa, embora tenhamos grandes problemas aqui.

Estou sugerindo uma outra roupagem à criação desse cargo de Agente Educacional de Segurança. Rapidamente quero expor suas funções: zelar pela segurança do patrimônio existente nas escolas, no que compete às instituições; estacionamentos e movimentações, entradas e saídas de pessoas, materiais e veículos, exercendo a vigilância permanente junto as áreas internas e externas da escola, coibindo as ações predatórias; efetuar a fiscalização preventiva das áreas escolares; efetuar rondas periódicas e agir tanto nas ações preventivas, como nas de socorro; inspecionar a circulação de pessoas e materiais, observando irregularidades ou anormalidades, anotando as ocorrências e relatando os acontecimentos, junto ao superior imediato; orientar e instruir as pessoas efetuando a intervenção, nas situações que se julgar pertinente ou solicitando apoio superior imediato; executar as atividades de segurança da comunidade escolar. E assim segue o documento.

Teremos tempo dentro das devidas comissões, da Comissão de Constituição e Justiça, mais tarde para discutir isso, quando se acatada esta indicação, venha como uma iniciativa do Executivo, um projeto de lei pedindo autorização, para que possamos abonar a criação do cargo.

Hoje tem muitas escolas e o que a comunidade escolar gostaria de ter dentro é um policial militar.

As coisas estão tão difíceis dentro da comunidade escolar ou nas imediações das escolas, que já temos muitos diretores pedindo um policial militar, não aquele que mora lá na casa que cuida do patrimônio, mas que seja efetivo e que faça parte disso. Espero que nunca precisemos chegar a esse ponto, mas já estamos precisando desse Agente Educacional de Segurança. É só uma indicação, se acatada discutiremos muito a este respeito.

Protocoliei ainda no dia de ontem, um projeto de lei que institui no Estado do Paraná o Programa de Saúde Vocal dos Professores. Precisamos melhorar a vida das pessoas. Precisamos de Segurança. Mas, não vamos dar conta, nem com policial a cada quadra, de conseguir isso, se não melhorarmos os outros sistemas. E um dos sistemas onde mais temos que intervir é no sistema educacional.

O Programa de Saúde Vocal hoje, temos um número imenso de professores que se afastam do trabalho e às vezes até se aposentam precocemente, por problemas de saúde vocal. A fala é o instrumento de trabalho do professor. Entendemos que esse programa, irá ajudar a dimi-

nuir o número de afastamento do trabalho por essa patologia.

Por uma série de indicações, protocolamos ontem também votos de congratulações para o nosso ex-companheiro, Prefeito Luizão pelo aniversário de Pinhais e também votos de congratulações ao porto de Paranaguá por mais um aniversário.

Entendo que todos esses requerimentos que acabei de ler, não precisariam que eu me pronunciasse hoje, se eles tivessem sido registrados no dia de ontem. Então, quero pedir à Casa, que se volte na hora das indicações, a mostrar o que foi protocolado.

Para finalizar, na reunião rápida que fizemos para discutir administrativamente esta Casa, onde o Deputado Nelson Justus colocou a situação que vamos enfrentar com relação a recadastramento, sugeri que quando do recadastramento dos funcionários desta Casa, adotamos como metodologia o exame biométrico. Acho importante. Além da identificação documental, RG, CPF, foto, endereço, onde estão, quem são, que também tenhamos as impressões digitais porque isso é mais um método de segurança. É mais um método para que se busque essa tão sonhada transparência e tão cobrada pela sociedade.

Muito obrigada.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, vamos votar hoje a prestação de contas do Governo de 2008. Peço a V. Exas. que determinem à assessoria da Mesa para que possa tirar uma cópia, a fim de que este Parlamentar possa fazer uma análise do ano de 2007 e 2009. Se V. Exa. concordar, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pois não. No Pequeno Expediente, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero inicialmente saudar os membros da Polícia Militar, Soldados, Policiais, Cabos, Sargentos, que participaram da Sessão e demonstraram uma consistência de organização muito forte, parabéns a Polícia Militar. Isso mostra o que é o novo Brasil, o novo Paraná democrático, participativo. Fiquei muito entusiasmado com a capacidade de mobilização da Polícia Militar, tantos dos Oficiais quanto dos Praças. Participei em Ponta Grossa junto com outros Deputados numa Audiência Pública com muitos policiais militares, discutindo a questão dos seus salários. Parabéns a todos vocês.

Percebemos que há uma contradição muito forte dentro da Corporação, por um lado recebemos e-mails em que toda as entidades representativas são favoráveis ao projeto do Governo do Estado, recebi e-mails assinado

por várias entidades, Associação dos Praças, várias associações. Mas por outro lado e-mails assinados pela Associação da Família Militar, Clube dos Oficiais da Polícia Militar, Associação dos Policiais Ativos, Inativos e Pensionistas, AME Brasil, AME Paraná, Associação dos Subtenentes e Sargentos, Associação de Cabos e Soldados e Associação dos Praças solicitando a aprovação da proposta do Governo: *Acreditamos que esta proposta de reestruturação da composição remuneratória representa um grande avanço, não só na melhoria salarial da gloriosa, mas também se traduz num resgate, na valorização da carreira policial militar e bombeiro militar.*

Mas, se as entidades têm este ponto de vista praticamente todos os e-mails individuais que recebemos têm um questionamento ao projeto, questionamentos de esposas de policiais militares, pessoas de Ponta Grossa que conheço, dizendo que a diferença entre Soldado e o Capitão é muito grande, e que se o projeto for aprovado dessa forma dificilmente haverá uma segunda oportunidade, para que haja um aumento diferenciado para os Soldados.

Então, acho que é dentro dessas questões, dessa contradição que a Assembleia deverá atuar nestes dias de votação do projeto. Hoje como é primeira votação os Deputados do PT votarão favoravelmente, na segunda-feira, vamos nos reunir à tarde, antes da votação, para discutir a possibilidade de emendas, de melhorar o projeto naquilo que entendermos de forma correta. Claro que a diferença entre o Coronel e o Soldado, essa diferença na verdade ela não é mantida no projeto do Governo, mas sabemos também, trabalhando dentro da realidade, que do ponto de vista do orçamento do Estado, é muito mais fácil aumentar para uma categoria que tem poucos representantes do que para os Soldados que são em número muito maior.

Mas, o princípio geral que norteia a reivindicação dos Soldados é muito correto então, é dentro dessa contradição que vamos buscar o melhor possível para a Polícia Militar que muito merece!

Sabemos que hoje um dos problemas mais graves do Brasil, é a questão da violência que se abate sobre a nossa juventude, sabemos da importância da Polícia Militar, como a Polícia Militar tem evoluído internamente, a dignidade da Polícia Militar e vamos fazer o melhor possível para contemplar os interesses dessa gloriosa Corporação. Portanto, nossos parabéns ao alto nível de maturidade e à capacidade organizativa da Polícia Militar do Paraná nesse processo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou falar de um assunto que não falo há muito tempo, mas que tomou um esforço enorme no meu mandato como Presidente da Comissão de Educação desta Casa nos anos de 2008 e 2009, que diz respeito à diplomação dos 35 mil professores que fizeram o curso da VIZIVALI.

A ação da Assembleia teve uma importância fundamental nos avanços que conseguimos, inclusive na mudança de posição do próprio Governo neste período. O Governo, que tinha vários questionamentos sobre o curso

da VIZIVALI, acabou entendendo a importância social da diplomação desses professores. E o próprio Governador, depois que vetou o projeto de lei apresentado por mim e por outros Deputados, nós derrubamos o veto, ele entrou com uma ADIN e nós entramos com uma ação contra a ADIN. Ele manteve a ADIN, mas reconhecendo a importância da diplomação, usou muitos esforços junto ao Instituto Federal do Paraná para que o Instituto achasse um método para diplomar e reconhecer o conhecimento adquirido por esses professores. Isso deixou todos felizes e todos comemoramos. Percorremos o nosso Estado e comemoramos com os professores.

Mas, nesta semana e na semana passada tenho recebido muitos questionamentos, porque o Instituto Federal acabou adiando o começo do curso. Então, a proposta é que o curso divulgaria o cadastro no final de março e adiou para o mês de maio. Os professores ficaram inseguros, tal o período dessa luta tão difícil a qual participamos ativamente.

Queria dizer aos professores que temos acompanhado, sistemática e cotidianamente essa questão, e queria passar tranquilidade aos professores que nos assistem neste momento, para todos esses 35 professores que esperam ansiosamente para começar o curso, conversei com técnicos do instituto, com representantes do Conselho Estadual de Educação, tenho conversado muito com o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, que recentemente marcou uma audiência em Brasília com o Ministro da Educação e com representantes da VIZIVALI, e posso garantir, com segurança e tranquilidade, que no mês de maio esses professores serão chamados e que entre 13 e 15 mil professores começarão o curso.

Por que esse atraso? Além das dificuldades de cadastrar um grande número de professores, houve um conflito entre o Instituto Federal do Paraná e a Secretaria da Educação à Distância do MEC. Conflito com relação aos métodos utilizados. O Secretário da Educação à Distância do MEC defende um sistema de educação à distância diferente do sistema proposta pelo Instituto, que é o modelo de Universidade Aberta do Brasil, que usa o sistema on-line.

O caso defendido pelo MEC, o aluno pode tirar dúvidas em qualquer computador ligado à internet na sua própria casa, com professores que ficam on-line respondendo às questões praticamente o dia todo. No caso do Instituto Federal do Paraná, o sistema usado é de teleaulas, ao vivo, transmitida por satélite. Neste modelo os alunos assistem às aulas em horário predeterminado, todos juntos na telessala, e podem tirar as dúvidas por telefone no momento da teleaula, e as outras dúvidas que ficarem serão enviadas por escrito e respondidas posteriormente.

Esse debate está acontecendo entre o Instituto Federal do Paraná e o MEC. E esse também é um dos motivos que pode atrasar o começo das aulas. Mas o Instituto me garantiu que mesmo que o MEC não aceite, que essa divergência não seja superada até abril, maio, o Ins-

tituto vai implantar o seu sistema, porque ele entende que tem autonomia para imprimir esse método. Ficamos tranquilos que esse curso vai sair.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

a segunda questão que aconteceu entre o Instituto e o MEC é com relação a carga horária da complementação. O MEC acabou exigindo uma complementação maior. Inicialmente esperava-se que a complementação fosse num período de quatro meses e a tendência é que seja de dois módulos de quatro meses cada um. Mas de qualquer maneira é um grande avanço, porque esses 35 mil alunos terão diploma de uma instituição respeitada, uma instituição federal, e não mais o diploma de Normal Superior, que garantia a esses professores lecionarem na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, portanto até 4ª série. Os diplomas que eles receberão será de Pedagogia, pleno, que lhes garante a competência de lecionar até para cursos superiores.

Uma grande vitória. Apesar dessa demora, quero passar tranquilidade aos professores. Estamos acompanhando qualquer alteração que possa acontecer nesse tão importante para os professores e para todas Educação, para as nossas crianças. Diga-se de passagem que, desses professores, 15 mil já estão em sala de aula e foram aprovados em concurso público há mais de dois anos, lecionam para milhares de crianças em mais de 300 Municípios do nosso Estado.

Fiz questão de me manifestar mais uma vez sobre a questão da VIZIVALI, ter uma relação direta com os professores e as lideranças, e estamos sempre combatendo essa causa tão importante para a Educação do nosso Estado.

Por último gostaria de saudar desta tribuna a ação da APP-Sindicato, que na manhã de ontem houve uma manifestação tradicional para lutar por um aumento diferenciado dos professores e funcionários.

O Governo recebeu de forma muito respeitosos a os professores para discutir a possibilidade de um aumento diferenciado ainda este ano. O Governo se comprometeu a contratar a manutenção da isenção previdenciária para os aposentados e a nomeação de 2 mil 159 professores no concurso de 2007 e o edital de divulgação dos resultados dos exames médicos de cerca de 2 mil e 500 funcionários de escolas.

O Governo vai continuar com essa função para rapidamente dar uma resposta aos professores, se é possível um aumento salarial diferenciado. Os professores merecem, pela defasagem dos seus salários ao longo dos anos, que já começaram a ser recuperado por Roberto Requião.

Parabéns à APP, parabéns a todos os professores que se mobilizaram aqui no Paraná, de Ponta Grossa vieram vários ônibus da região dos Campos Gerais e de todo nosso Estado.

Confiamos na ação que será desenvolvida pelo Governo do Estado nesse sentido.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Noroeste, no Grande Expediente.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, cidadãos e cidadãs paranaenses que nos assistirem neste momento.

Venho a esta tribuna para falar mais uma vez do trabalho que estou fazendo para levar o curso de Medicina para UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu.

Desta vez, gostaria de deixar registrado aqui nesta Casa de Leis, sobre uma reunião que participei quinta-feira passada, dia 11 do corrente, na Reitoria da UNIOESTE de Cascavel, com a participação do Reitor e professor Alcebiades, do Vice-Reitor e professor Benedito, e do Pró-Reitor de Graduação professor Eurides.

Foi uma reunião proveitosa, onde percebemos o reconhecimento, a sensibilidade da Reitoria em nos dizer que há necessidade da Cidade de Foz do Iguaçu ter também a sua Escola de Medicina.

Foi uma reunião que percebemos a sensibilidade, o bom senso da Reitoria, que reafirmou que havendo a disposição governamental, estará disposta e não medirá esforço nenhum no sentido de que possa levar a Escola de Medicina para a UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, consideramos que já vencemos uma etapa muito importante, como o curso de Medicina para a UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, porque apresentamos primeiro um projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa, que está tramitando neste momento nas comissões competentes. Na sequência, protocolamos e encaminhamos um ofício participando a UNIOESTE, à Reitoria, desta nossa iniciativa, e depois contratamos o projeto técnico, que prova e comprova a necessidade de termos na Cidade de Foz do Iguaçu o curso de Medicina.

Por ocasião, ano passado, da apresentação de emendas, nós, da cota que tive aqui e que os Srs. Deputados também tiveram, de R\$ 2 milhões, destinamos R\$ 1 milhão e 800 mil visando os custos de implantação do primeiro ano. Portanto considero uma etapa importante, já vencida. E agora, vamos passar para uma outra etapa: a etapa convencimento, de estarmos gerenciando junto ao Governo do Estado onde vamos mostrar toda farta documentação que temos. E muito especialmente vamos apresentar este projeto técnico, que prova e comprova a necessidade que temos, na Cidade de Foz do Iguaçu, de formar médicos. Uma necessidade que está espelhada aqui.

Lembrando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a Cidade de Foz do Iguaçu, com 325 mil habitantes, possui apenas 362 médicos. Já a Cidade de Maringá, nada contra, mas com 335 mil habitantes possui 1 mil e 31 médicos. Portanto, ficam evidenciadas as discrepâncias, que são as mais diversas possíveis.

Vejamos portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste neste momento, a população paranaense que nos assiste é muito interessante a população do Oeste do Paraná, a população da minha Cidade, em se tratando das regionais, aliás, a situação das regionais do porte de Foz do Iguaçu, só para V. Exas. terem uma ideia, numa análise de médico por habitantes, quero destacar que em Curitiba um médico atende 375 habitantes. Já na Cidade de Ponta Grossa um médico atende 1 mil e 035 habitantes. Uma situação crítica aqui também. Mas, acredito que com o curso de Medicina, que foi implantado recentemente, a médio e longo prazo esta situação será resolvida. Já na Cidade de Cascavel um médico atende 819 habitantes; em Maringá atende 610 habitantes; em Londrina 470. Já na Cidade de Foz do Iguaçu, aliás, a regional de Foz do Iguaçu atende 1 mil e 748 habitantes.

Estou me referindo à população de Foz do Iguaçu, 325 mil habitantes, mais a população dos Municípios outros que compõem a regional mais a população de brasileiros que reside ou que trabalha no Paraguai, vamos chegar a aproximadamente 800 mil pessoas, o que dá exatamente este resultado da proporção de que um médico terá que atender 1 mil e 748 pessoas, quando sabemos que estudos da Organização Mundial da Saúde sugere que um médico atenda no máximo 1 mil pessoas, e lá na Cidade de Foz do Iguaçu são 1 mil e 748 pessoas.

Portanto, agora vamos passar a gerenciar, a trabalhar perante o Governo do Estado e acredito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que vamos poder contar com a sensibilidade, com o bom senso, com a deferência do Governo do Estado e principalmente do futuro Governador, o nosso amigo Orlando Pessuti, porque do jeito que está não pode ficar. Portanto, acredito que a Cidade de Foz do Iguaçu terá, sim, a sua Escola de Medicina o quanto antes possível.

Concedo um aparte ao Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Deputado Chico Noroeste, em primeiro lugar quero ressaltar a importância que o Município de Foz do Iguaçu tem no Estado do Paraná, tanto que elegeu três Deputados Estaduais: o senhor, que é muito respeitado, e também dois outros Parlamentares não menos respeitados, o Dobrandino da Silva e o Reni Pereira.

O senhor está tratando de um assunto da maior importância, que é o assunto da área da Saúde, à qual dedico o meu mandato parlamentar, atuando inclusive na Presidência da Comissão de Saúde, e quero inclusive aproveitar este ensejo do aparte que V. Exa. me concede para informar que encaminhamos ao Ministério da Saúde um requerimento solicitando que sejam liberadas mais

vacinas para a Gripe A-H1N1 para o Estado do Paraná, já que o nosso Estado tem peculiaridades climáticas que fazem com que a situação seja mais grave aqui. Infelizmente, já temos sete casos confirmados de falecimento devido à Gripe A-H1N1. Por isso, estamos defendendo que essa vacina esteja acessível a todas as pessoas e principalmente às crianças em idade escolar.

Mas, pedi o aparte para apoiar o seu pronunciamento, apoiar a sua reivindicação. Tudo aquilo que for para melhorar a Saúde no Paraná tem o nosso apoio, como têm as iniciativas para melhorar a Segurança Pública. Nós, vemos hoje a Assembleia Legislativa repleta de Oficiais da Polícia Militar e na semana que vem estaremos votando e votarei a favor do aumento para a Polícia Militar do Paraná, porque Segurança Pública só se faz com Polícia bem remunerada, Polícia valorizada, Polícia bem treinada, Polícia reconhecida pela sociedade. Temos que devolver aos policiais militares do Paraná, o orgulho de vestirem a farda dessa importante instituição que tantos serviços tem prestado à nossa comunidade.

Mas, tão importante quanto isso é a área da Saúde e, portanto, quero dizer que a questão que o senhor levanta tem o meu apoio e no que se referir à Comissão de Saúde estarei lhe apoiando, inclusive com documentos que o senhor necessite, com pronunciamentos públicos ou reuniões. Pode contar com o amigo, porque realmente Foz do Iguaçu merece ter essa Faculdade de Medicina e merece inclusive ter mais atenção em outras áreas, como por exemplo a área do Turismo que anda esquecida pelo atual Governo do Paraná, e que tem que ser mais valorizada, já que o maior cartão postal do Estado do Paraná são as Cataratas do Iguaçu.

Parabéns, e vamos trabalhar por Saúde, Educação e Segurança Pública, porque é disso que o Paraná precisa. Obrigado Deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Deputado Ney Leprevost sempre sintonizado com todos os problemas do Estado do Paraná. Nós incorporamos a sua fala aqui no nosso pronunciamento. Quero, finalizando, cumprimentar a todos os policiais. E sabemos que na segunda Sessão, iremos votar um projeto de aumento salarial, de melhoria salarial, das condições de vida das famílias de vocês. Quero dizer que contem com a minha solidariedade e com o nosso apoio, porque vamos votar sim para que possam ter melhoria no salário de cada um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, as pessoas que nos acompanham em casa nessa tarde de quarta-feira.

Primeiro, Sr. Presidente, estou requerendo à Mesa nesta tarde dois requerimentos. O primeiro requerimento, estou solicitando a este Plenário, e pediria aos companheiros que apoiassem a minha iniciativa, estou requerendo ao Procurador de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, informações a respeito de documentos e informações relativas as investigações sobre as denúncias de contratação irregular das Sras. Germina Maria Leal da Silva e Vanilda Leal aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Quando foi feita a denúncia ao Ministério Público sobre a contratação irregular das citadas senhoras? Foi esclarecido quem solicitou a contratação das referidas senhoras e a lotação funcional das mesmas? A que Deputado estão vinculadas essas duas senhoras? Quais os resultados das investigações desse caso pelo Ministério Público até o presente momento? Esse é o primeiro requerimento que eu estou fazendo, espero poder contar com o apoio dos Srs. Deputados, para que nós possamos, já que o Presidente citou que o Ministério Público já está com essa investigação há mais de um ano gostaria de saber o que concluiu o Ministério Público a respeito desses dois casos. Até porque, Sr. Presidente, por dois aspectos: primeiro porque por mais que V. Exa. tenha dito aqui publicamente na Casa que as funcionárias não estavam à disposição do meu gabinete, e por mais que a Rede Globo não tenha dado destaque no Jornal Nacional dizendo que as funcionárias não pertenciam a esse Deputado, e que eu acho que deveria ter feito, fez duas notícias, noticiou isso a nível estadual e depois noticiou a nível nacional. A nível estadual eu acho que a RPC cumpriu com a sua etapa e colocou corretamente a notícia; a nível nacional eu acho que houve uma falta de respeito com a informação. E isso eu vou procurar os meus direitos em relação a esse caso.

Por isso, que eu estou solicitando Sr. Presidente, porque também hoje pela manhã ouvia um canalha no rádio, um pilantra, um filho da ditadura, dizendo e afirmando que a certidão que esta Casa emitiu ontem não tinha valor, porque quem assinava a certidão era o Diretor que ontem apareceu na televisão. Em cima disso, solicito esses documentos para que possamos esclarecer esse caso, porque isso pegou muito mal. Se não esclarecermos daqui a pouco acaba a vontade de estar aqui.

E só lamento o Diretor de Imprensa desta Casa, de forma estranha, ter envolvido o meu nome. Lamento profundamente, não precisava disso! Não adianta tapar o sol com a peneira! Se temos que esclarecer, vamos esclarecer. Estamos vivendo um tempo novo nesta Casa, uma nova era. Uma era, em que tudo tem que ser transparente. Mas tudo tem que ser transparente. Não só nesta Casa, também no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, no Tribunal de Contas, nas verbas recebidas pelos meios de comunicação a nível municipal, estadual e nacional. Tudo isso precisa ser esclarecido!

Estou fazendo esta solicitação para não ficar aquela dúvida, mas anunciaram que a funcionária não é do Deputado Jocelito. Está esclarecido. Mas não disse-

ram onde que está, a que Deputado pertenciam essas duas funcionárias. O Presidente aguarda a sindicância que a Casa vai fazer. Mas, como esse caso já está no Ministério Público, que o Ministério Público possa dar essas informações e encerrar esse caso definitivamente. E que dê um final com responsabilidade de quem praticou o ato.

Porque já está se vendo notas de repúdio e notas colocadas por alguns políticos, que não têm moral para falar de ninguém. Gente que já passou por aqui. Gente que dá o tapa no gato, mas já esteve aqui. Gente que faz comentário, mas que não explica o que fez com suas verbas. E precisa explicar. Gente que posa de santo e não é. Já dizia ontem aqui, volto a repetir, não sou santo. Mas também não sou bandido.

E para terminar, estou requerendo hoje que o Ministério Público informe a esta Casa, se existe qualquer tipo de investigação sobre a minha pessoa. E se tiver que remeta a esta Casa e, ao mesmo tempo, estou à disposição para responder. Até por algo que possa, no entendimento do Ministério Público, não ter sido cometido de acordo como determina o Ministério Público. São os dois requerimentos que estou apresentando hoje. Espero que esta Casa aprove, para que possamos buscar essas informações e esclarecer para encerrar o assunto.

Também gostaria de dizer aos policiais que estão aqui que iremos votar em 1ª discussão o aumento de vocês. Todo mundo sabe o final: vai ser feliz. Vai ser o aumento proposto pelo Governo. Pela informação do Deputado Romanelli, com esse aumento que está sendo dado será o terceiro maior salário do Brasil.

Hoje pela manhã tivemos explicações sobre como vai se proceder a essas tabelas e como tudo vai funcionar. É preciso dizer que vamos votar de acordo com aquilo que a maioria quer, e a maioria da classe, como o próprio Deputado Péricles já mostrou aqui, é favorável a este aumento.

Agora, quero deixar bem claro que não farei nenhum tipo de emenda, nenhum tipo de discurso para ganhar voto, porque não vai dar voto, porque não vai ter emenda, porque não vai passar emenda. Não adianta dizer aqui que seria importante que o policial ganhasse R\$ 8 mil por mês. Claro, gostaria que ganhasse R\$ 10 mil, R\$ 15 mil, porque sabemos o que o policial vive no dia a dia, mas quem já foi Prefeito sabe que existe um orçamento, que precisa ter condições de fazer isso.

Em momento algum vou fazer vocês perderem tempo aqui com emenda demagógica, emenda para 'jogar para a galera', para depois mandar uma notícia dizendo: olha, eu quis dar aumento, mas não deu. Eles não quiseram! Não vou me submeter a esse tipo de barbaridade com intenção eleitoreira. Então, voto a favor e atendo a uma convocação do meu quartel. Eu tenho um quartel, Deputado Praczyk: sou do 1º DPM. Eu voto atendendo uma convocação do nosso pessoal do 1º DPM, que nos pedem para votar. Sei que não é o melhor salário; mas é o que se pode dar. É importante que não demore muito, que

aproveemos e não façamos demagogia com quem já sofre, há muito tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fiz uma combinação, vamos dizer assim, para divisão deste horário com o Deputado Strapasson, que também pretende falar sobre este assunto.

Lembro-me, Sr. Presidente, há pouco tempo, nas últimas eleições, na Cidade de Apucarana tinha um candidato que pouco falava, não é o meu caso, mas ele pouco falava e estava atrás nas pesquisas. Então, o marqueteiro José Eduardo Yokomizo produziu a seguinte frase: "Pouca palavra, muita ação, assim é o João!" João era o nome do candidato, que ganhou a eleição. Gostaria de dizer aqui, neste momento, que temos muito pouco tempo para agir.

Gostaria de lembrar para todos que estamos no ano de 2010, que é um ano onde teremos eleições, e os anos eleitorais têm regras específicas, inclusive limitando o tempo que temos para aprovação desta proposta. Este tempo termina no dia 3 de abril. Portanto, pouca conversa, pouca emenda e muita ação para podermos avançar, senão corremos o risco de não aproveitarmos essa possibilidade de avançar. Não sou especialista nessas questões, mas gostaria de dizer que ouvi, principalmente na manhã de hoje, explicações que, para o meu entendimento, são cabais. Devemos então fazer o quê? Caminhar rapidamente, fazer a aprovação daquilo que está sendo possível neste momento.

Temos, no meu entendimento eu não concordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque ela foi feita em Países que não têm nenhuma similaridade com aquilo que vivemos no Brasil, muitas vezes essa lei é para até impedir que possamos fazer investimentos. E gostaria de dizer aqui, a todos os militares, o seguinte: fui Prefeito três vezes e construí muitas casas, e em todos os conjuntos habitacionais que foram construídos, na minha administração, eu reservava, depois de discutir com o conselho político essa proposta que foi vitoriosa dentro da administração para que os policiais militares pudesse ter as suas próprias casas, porque além disso veio a possibilidade de melhorarem os seus vencimentos, que não são bons, eles poderiam ter a possibilidade de se livrar do aluguel, sendo proprietários das próprias casas, e os policiais militares se envolvendo na vida desses conjuntos

habitacionais. Acho que diminuimos muito a criminalidade agindo dessa maneira.

Portanto, me curvo aqui aos objetivos de uma instituição que tem mais de 150 anos. Contem com a Bancada do PMDB, porque vamos votar de maneira célere, rápida, para que possamos fazer a conquista que é possível fazer nos dias de hoje. E pela minha luta toda que travei na vida, acho que todos devem ficar mobilizados para a conquista de novas vitórias que poderão vir. No momento é isso que é possível, não é o ideal, mas vamos ganhar agora e ganharemos também em seguida.

Vamos para a votação.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Strapasson.

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença do Vereador de Engenheiro Beltrão, Renivaldo André, a pedido do Deputado Quinteiro. Seja bem-vindo a nossa Casa.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente agradecer a gentileza do Deputado Waldyr Pugliesi, para que pudéssemos estar também na esteira do que disse o Deputado Pugliesi, nosso Líder do PMDB, falar em relação, e eu na condição de Presidente da Comissão de Finanças, recebemos ontem, no final da tarde, já à noite, esses projetos de aumento salarial, de reestruturação da carreira salarial dos nossos policiais militares, policiais civis. E, conforme solicitação da Liderança do Governo, jamais esta Casa faltou com aquilo que interessa aos cidadãos e aos servidores do Estado do Paraná. Realizamos hoje, após o almoço, uma reunião enquadrando esses projetos como prioridade, relatamos, aprovamos o projeto na íntegra, da maneira que ele veio programado e discutido, dentro da organização do Estado. Gostaríamos muito que ele tivesse chegado a esta Casa, talvez, 15 ou 20 dias antes, para que pudéssemos através de uma Audiência Pública buscar informações, acolher sugestões, tentar melhorar esse projeto.

Foi muito importante, hoje pela manhã, em uma reunião para a presença de 15 Deputados, proposta pela Liderança do Governo, com a explicação do Comando da Polícia Militar, a explicação da essência do projeto, que busca reestruturar a carreira do policial militar do Estado do Paraná, buscando sim fazer justiça. Quando se fala em justiça, creio que qualquer cidadão que busca os seus direitos pensa naquilo que é melhor para o conjunto.

É evidente que temos que nos lembrar que lá atrás, quando o Requião como Governador encontrava a car-

reira militar com um salário extremamente defasado, buscou dar um aumento, um incremento mínimo e máximo possível, especialmente aos policiais e Praças, ou seja, os melhores salários.

Esse projeto vê o conjunto da Polícia Militar como um todo, desde o Coronel até o Soldado. Creio que é essa a intenção do projeto, de repor alguns segmentos, algumas categorias e algumas patentes, que tiveram uma defasagem maior, repor isso e também dar o aumento possível e necessário aos nossos Praças e Soldados, que são aquelas pessoas que no dia a dia estão nas ruas enfrentando o drama da criminalidade e da violência, especialmente, na Região Metropolitana, onde os níveis são alarmantes.

Tenho certeza de que eles devem ser valorizados. Propus que aprovaríamos na íntegra, para não atrapalhar, Deputado Dobrandino, V. Exa. que relatou o projeto de aumento do policial civil, assim como o Deputado Reni Pereira, relatou o do policial militar. Falamos hoje pela manhã que precisamos ter um processo de justiça, onde haja uma valorização do policial civil e militar, que haja critérios de promoção mais transparente, menos subjetivo, para que aquele policial que está muitas vezes no campo de batalha possa ter uma valorização melhor, no dia a dia, pelo seu desempenho, pelas suas atitudes e pelo seu trabalho.

Nesse momento, como falou o Deputado Waldyr Pugliesi, não venho aqui fazer nenhuma emenda demagógica, porque ela atrapalharia e atrasaríamos o projeto e ele não seria sancionado no dia 2 de abril, no dia 31 de março, para que todos os policiais militares e civis tivessem desde já o aumento da primeira etapa desse projeto. Porque a segunda etapa vem já no dia 1º de maio e a terceira e a quarta etapas vêm na sequência. E tenho certeza que o nosso Governador Pessuti vai buscar dar esses aumentos.

Não é o ideal, o necessário e o justo, mas é o que o Governo está propondo dentro desse processo de reestruturação. Vai ser um primeiro passo para que a carreira dos policiais militares e civis possa partir para uma valorização melhor. Dizer que aprovamos e vamos aprovar neste Plenário sem emenda.

(Aplausos)

Porque qualquer emenda hoje vem em prejuízo dos policiais, que querem a partir de agora ser mais valorizados. Vamos estar juntos com vocês, para que nossos policiais militares e civis tenham uma valorização e realmente uma perspectiva melhor.

Parabéns ao Governo Requião, ao Pessuti. Parabéns à Assembleia, que tem correspondido de pronto aos anseios, naquilo que querem os nossos policiais.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Plauto Miró**)

Bloco PPS/PMN, Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Deputado Plauto Miró, representando também a região dos Campos Gerais na presidência, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, Srs. Oficiais, Praças, militares, representantes da Polícia Civil e todos os cidadãos paranaenses que nos acompanham pela TV SINAL.

Subo aqui nesta tribuna como representante da Oposição, mas nesta tarde não vou fazer críticas. Há muitos e muitos anos aqui na Casa dos paranaenses a Bancada de Oposição cobra o “soldão”, a valorização profissional dos nossos Soldados, policiais civis e militares. E veio o projeto do Governo nos últimos dias, mas chegou até esta Assembleia o projeto do reajuste.

Ouvi outros Parlamentares se pronunciarem a respeito das emendas. E entendo também a preocupação de muitos que aqui estão, justamente com relação ao atraso do projeto. Posso dizer a vocês que não precisam se preocupar, porque a Assembleia vai votar em tempo hábil, podem ter certeza absoluta. E vou votar a favor do reajuste dos policiais civis e militares de todo o Estado do Paraná, porque vocês merecem. Isso há muito tempo estamos reivindicando.

Mas, senhoras e senhores, a luta não pode terminar aqui em hipótese nenhuma. Que esse projeto do reajuste não prejudique um outro projeto que também está para ser avaliado pelos nobres Parlamentares nos próximos dias, que é a PEC nº 064. Tenho certeza que aqui, todos que vieram a esta Casa nesta tarde estão torcendo pela PEC nº 300 lá em Brasília e também pela PEC nº 064, que consolida as garantias que vocês obterão através desse reajuste.

Na PEC nº 300, o que os policiais admiram mais nessa lei? É que nenhum profissional da área de Segurança, em todo Brasil, poderá ganhar menos do que o salário-base em Brasília praticado no Distrito Federal. E também devido ao sistema de escalonamento, por ser exemplar para o nosso País.

Portanto, justamente apreciando essa matéria, fui buscar essa orientação no Distrito Federal e cheguei à conclusão de que o reajuste é realmente muito importante. Veio pelas mãos do Governo, acertando principalmente a questão dos Oficiais. Está correto para os Oficiais, para o posto de Coronel, para Tenente-Coronel, para Major e para Capitão também está correto. Agora, existe uma diferença com relação aos salários praticados em Brasília, justamente de 1º Tenente ao Praça.

E fiz uma análise a respeito desse escalonamento. Porque será retirado, através desse projeto do Governo, o artigo 107, que prevê o escalonamento vertical. Conversando com os senhores aqui, nesta tarde, digo a vocês que o melhor seria o escalonamento logarítmico, não o vertical. Por isso que digo que a luta não pode parar, porque a diferença de Capitão para o 1º Tenente vai ficar em torno

de 40%; pelo salário de Brasília a diferença seria de 13,9%, portanto se ajustassem somente esta diferença entre Capitão e 1º Tenente já resolveria também a questão das outras patentes. O correto seria ajustar, a diferença de 40% a meu ver não está certo, teria que ser 13,9% para que o Estado do Paraná também pudesse dar exemplo ao Brasil de valorização profissional para todos os policiais, do Coronel ao Praça, sem distinção, valorizando a todos.

Conversando com representantes da Polícia Militar, da mais alta patente aos Praças que cuidam da segurança das nossas famílias nas ruas, pude constatar que alguns ajustes poderiam ser feitos imediatamente, mas estou analisando, acho que este primeiro passo teria que ser dado imediatamente, precisa ser aprovado o reajuste já, porque é uma luta da Bancada de Oposição. Nós lutamos aqui por tanto tempo, temos que fazer a aprovação imediata desse reajuste.

Podem ter certeza que vocês têm o meu apoio, têm o meu sim, a minha luta e podem ter certeza que vai continuar, porque vamos aprovar num dia e no outro dia eu vou subir aqui na tribuna para falar da PEC nº 064 que consolida essa garantia. Isso precisamos firmar num acordo, porque na primeira Audiência Pública que tivemos aqui na Assembleia Legislativa, com as galerias completamente lotadas por representantes da Polícia Civil e Militar, se falou a respeito da PEC nº 064, que é uma luta de vocês desde 2006, até antes, e aí, no meio dos discursos dos Parlamentares falando sobre o apoio que os Deputados dão à classe policial, todo mundo apoiando, ouve-se uma voz dizendo: “Então se todos os Parlamentares apoiam, vamos coletar as assinaturas.” E nós colhemos 28 assinaturas, precisamos de 32 votos. Então precisamos aprovar o reajuste, mas temos que continuar a mobilização, porque só aconteceu o reajuste por força de uma virtude que cada um dos policiais paranaenses têm: coragem! Também dos seus familiares, pelo fato de vocês reivindicarem o que é de direito do profissional de Segurança do nosso Estado.

Concedo o aparte ao Deputado Scanavaca.

O Sr. Fernando Scanavaca (PDT)

Deputado Rangel, como V. Exa. disse que vai votar a favor do projeto, gostaria de pedir que não tivesse emenda, que retirássemos as emendas que foram feitas para que pudéssemos aprovar, o mais rápido possível, este projeto, e V. Exa. sabe que com emenda pode ser prejudicado o projeto em tempo hábil para ser sancionado pelo Governador. Então, gostaria que V. Exa., que assinou a emenda junto com os demais Deputados, retirasse a emenda para a agilidade da votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Scanavaca, gostei muito do seu pronunciamento, o senhor é representante do PDT e tenho uma admiração muito grande por um pré-candidato ao Governo que é o Senador Osmar Dias. Eu retiro a emenda, mas senhores, gostaria muito, e tenho certeza

que o Senador Osmar Dias se comprometerá com os Praças, com os Soldados, Sargentos de todo o Estado do Paraná, que vai fazer essa equação logarítmica para fazer a valorização dos nossos profissionais da área de Segurança no próximo mandato.

O Sr. Fernando Scanavaca (PDT)

Com certeza, porque o Senador Osmar Dias tem apoio da PEC.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Está firmado o acordo aqui, Deputado Scanavaca, e com os militares do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elton Welter)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna aqui para deixar registrada a minha posição como Parlamentar e a posição do Partido Democratas, que tem nesta Casa cinco integrantes e que todos nós Parlamentares apoiamos os projetos de lei que trazem o reajuste aos policiais militares, aos policiais civis e aos funcionários do nosso Estado, fazendo com que o percentual predeterminado e aqui encaminhado possa ser aprovado. Sei que emendas foram apresentadas, emendas que beneficiam os integrantes da Polícia Militar. Tenho uma discordância do percentual que foi dado para os Oficiais e para os Soldados como um todo. Vi uma discussão que aqui aconteceu e vou sugerir que o projeto não seja prejudicado, que na segunda-feira seja feita uma Comissão Geral para que possa, no mesmo dia, ser votado o projeto, as emendas e naturalmente fazendo dessa forma com que o projeto de lei possa, na semana que vem, ser votado e a situação toda estar resolvida aqui no Legislativo, para que possa dessa forma ser encaminhado ao Governador do Estado, para que ele possa sancionar essa lei.

Primeiro, quero trazer o nosso apoio a esse projeto de reajuste. Segundo, uma forma de não prejudicar o projeto que vem atrasado, mas que possamos aqui, através de uma Comissão Geral, resolver o problema das emendas. E dizer também aos integrantes que aqui estão que assinei a PEC nº 064, fui um dos 18 Deputados que assinaram. E espero ver esse problema da PEC solucionado de uma forma tal que a vontade da Polícia Militar do Estado do Paraná possa ser colocada em prática.

Sabemos que tem uma ação do próprio Poder Executivo tentando abordar essa PEC. Mas estou aqui trazendo o apoio, como já me posicionei no passado, e todas as reivindicações que tiverem quero aqui deixar, como o próprio Deputado Jocelito falou sobre Ponta Grossa, lá

temos o 1º Batalhão da Polícia Militar e a 5ª Companhia da Polícia Rodoviária, lá temos amigos, fomos procurados por eles, ali eles colocaram a vontade e nós estamos aqui como representantes, votando e defendendo os interesses da Polícia Militar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elton Welter)

Próximo orador na Liderança da Oposição, Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sem sombra de dúvida, em sã consciência conversamos longamente sobre essas mensagens que estão tramitando aqui na Assembleia Legislativa e nenhum Parlamentar, nem da Oposição, nem da Bancada do Governo, será contra um aumento em favor dos funcionários públicos do Estado do Paraná. Isso é lógico e óbvio. O que procuramos, através do debate e através do trabalho das comissões, é aperfeiçoar muitas vezes alguns projetos, quando há tempo hábil para que isso possa ocorrer. No entanto, o Governador do Estado do Paraná enviou essa mensagem para esta Casa, ela foi recebida dia 10 de março - há uma semana - e temos prazo para votar isso. Porque este é um ano atípico, é um ano eleitoral e a legislação eleitoral está muito clara: que não pode fazer reajuste para o funcionalismo público no período de 180 dias que antecedem as eleições. Você até pode fazer a reposição salarial, isso é permitido, mas o reajuste não. E o que estamos votando para a Polícia Militar é um reajuste, é uma readequação do seu salário. Aliás, é isso que nós, por inúmeras vezes, temos debatido aqui na Assembleia Legislativa em relação ao soldo que é pago para a Polícia Militar, desde o Soldado até o Coronel. Os demais tudo era penduricalho. Mas o soldo, na verdade, que seria subsídio, isso está sendo discutido no Congresso Nacional através da Emenda nº 300, e aqui na Assembleia Legislativa a PEC nº 064.

Me permitam dizer aos Soldados da Polícia Militar, e não só aos Soldados, mas todos da Corporação, muitos entendem que se a Assembleia Legislativa aprovar a PEC, automaticamente estaria implantado o subsídio, algo em torno de 3 a R\$ 4 mil. Isso não é verdadeiro. Se for aprovada a PEC aqui na Assembleia Legislativa, depende de lei do Executivo que tem que regulamentar o subsídio dos policiais. A PEC não institui, ela constitucionaliza, mas não implanta. O que implanta o subsídio é uma lei do Governo que deve vir para a Assembleia Legislativa e os Deputados deverão votá-la. Então, este é o primeiro esclarecimento que quero fazer.

O segundo esclarecimento é em relação a essas mensagens que estão aqui na Assembleia Legislativa. Deputado Marcelo Rangel, são três mensagens que

tratam de reposição salarial ou aumento salarial: um é da Polícia Militar, outro é da Polícia Civil e outro é do Quadro Geral. E é importante que se diga que acabamos de fazer um acordo com a Liderança do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli e também com o Deputado Durval Amaral, que é o Presidente da CCJ, com o Presidente da Casa Deputado Nelson Justus, porque é difícil e não é praxe aqui da Assembleia Legislativa transformar o Plenário em Comissão Geral. Quando a matéria vem para o plenário e recebe emenda, ela volta para a CCJ. Só não volta para a Comissão se o Plenário se o Plenário for transformado em Comissão Geral. E é esse o entendimento que fizemos com quase todos os Parlamentares - de Governo e também de Oposição - para que na segunda-feira agora o Plenário da Assembleia Legislativa seja transformado em Comissão Geral.

Caso o projeto venha receber emendas que ele não saia do plenário e volte para a CCJ, mas as emendas sejam analisadas segunda-feira, aqui no plenário, para não atrapalhar o projeto que pode trazer prejuízo no vencimento ou na concessão de aumento para os policiais militares. Porque são eles que vão receber, efetivamente, um aumento.

Numa primeira fase o aumento geral para a Polícia Militar, o impacto financeiro que isso traria nesse reenquadramento, nesse “soldão”, porque acaba-se com o “soldinho” e transforma-se num “soldão”, o impacto será de 7.72%. Numa segunda fase o impacto geraria algo em torno de 12% e alguns dígitos. Mas devo fazer um esclarecimento: a segunda fase está condicionada ao aumento geral do Governo do Estado, e quero fazer a leitura para que não fique dúvida nenhuma, para que os senhores não saiam aqui da Assembleia já com a certeza de que a primeira fase será implantada, a segunda, a terceira e a quarta serão implantadas. Não é isso! O projeto que cria o soldo da Polícia Militar é ótimo, é excelente, talvez não aquilo que os Praças, os Soldados, os Cabos estejam esperando, mas é uma primeira fase, até onde podemos avançar. E o que diz o artigo 1º parágrafo 4º letra ‘b’: *A tabela II, do anexo, a partir da data da implantação da revisão geral do ano 2010 para as carreiras estatutárias do Poder Executivo que não são policiais militares, mas é o Quadro Geral dos Servidores do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.* O que quer dizer isso: que a segunda fase está condicionada ao aumento do Quadro Geral, que é uma outra mensagem. E o que diz a mensagem que concede 5% de aumento linear para o Quadro Geral: *Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, a aplicação do índice fixado no artigo 1º, ou seja, os 5%, a implantação em folha de pagamento ficam condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira, atestados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação da Fazenda do comportamento da receita e as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04/05/00, ao longo do exercício de 2010 e mediante auto-*

rização do Chefe do Poder Executivo obedecidas as formalidades legais.

Por que faço esse esclarecimento? A segunda parte só será aplicada se houver o aumento para o Quadro Geral. E o Quadro Geral só terá aumento se aumentar receita do Governo do Estado e mediante autorização, ainda, do Governador do Estado do Paraná.

Então, certeza total e absoluta temos agora desse primeiro aumento do enquadramento que irá acontecer dia 1º de abril. Agora, a segunda fase está condicionada à mensagem do aumento geral de 5%. E esses 5% só irão acontecer se houver aumento da receita do Governo do Estado e autorizado pelo Governador do Estado.

Quero dizer o seguinte: todos os Deputados são favoráveis. Há distorções a serem corrigidas? Sim. Mas é até onde podemos ir? Até onde podemos legislar! E é isso que vamos fazer. O nosso compromisso sempre foi e sempre será em defesa da Segurança Pública do Estado do Paraná. A nossa Polícia Militar tem uma defasagem de 5 mil homens e há uma saída de 820 homens por ano da Polícia Militar. Anuncia-se um concurso para 1 mil e 100, 1 mil e 200 homens para a Polícia Militar, mas até que essas pessoas estejam nas ruas, mais do que 1 mil e 200 já saíram da Corporação.

Quero dizer para os senhores policiais que somos favoráveis. E no entendimento que já tivemos essa mensagem deverá ser aprovada segunda-feira, terça-feira e no máximo, talvez, se tiver redação final, vá para o Governador na próxima semana, ele sanciona, e que possa ser implantado já em 1º de abril o aumento e esse novo reenquadramento da Polícia Militar do Estado do Paraná, e vamos fazer as correções que forem necessárias no futuro, desde que haja disponibilidade financeira.

Um grande abraço, muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ato do Presidente nº 002/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente Nelson Justus, constante do expediente, no uso de suas atribuições, considerando a Lei Estadual nº 16390 de 02/02/10 e considerando a necessidade de implementação de medidas administrativas para a implantação e efetivação das disposições legais, o recadastramento anual de servidores ativos e inativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n 040/10, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de

Estado da Saúde, a liberação de recursos financeiros para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Rosário no Município de Colombo, sendo o valor de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), para viabilizar a reestruturação física do prédio que se encontra em estado precário e R\$ 200.000 (duzentos mil reais), para manutenção e custeios das diversas despesas mensais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 655, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Stephanes Júnior, Luiz Carlos Martins, Luiz Accorsi e demais Deputados, constante do expediente, requerendo a transformação da Sessão Ordinária de 22/03/110, em Comissão Geral de Plenário, para a discussão e votação do Projeto de Lei n° 103/10. **Recebido. Protocole-se. Decorrido o prazo de 24 hora, incluir em Plenário para deliberação. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.**

Requerimento n° 656, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Elio Rusch, com apoio dos Deputados Luiz Eduardo Cheida Artagão Junior, Neivo Beraldin e demais Deputados, constante do expediente, requerendo a transformação da Sessão Ordinária de 22/03/10, em Comissão Geral de Plenário, para a discussão e votação dos Projetos de Lei n°s 101/10 e 102/10. **Recebido. Protocole-se. Decorrido o prazo de 24 hora, incluir em Plenário para deliberação. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.**

Requerimento n° 639, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência nas Sessões Plenárias realizadas hoje 17/03/10 para a Deputada Luciana Rafagnin, por a mesma estar participando de assinatura do termo de cooperação para a instalação do *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR. O referido evento ocorrerá hoje, às 15h30, na Cidade de Palmas, por iniciativa do Governo do Estado através da SETI. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 654, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de março (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Queria lembrar a todos os Deputados que amanhã às 10h, aqui na Assembleia Legislativa, receberá o Dr. Gilberto Minguetti o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Em Umuarama às 20h receberá o título de Cidadão Honorário o Revmo. José Maria Maimônio, Bispo de Umuarama, por proposição do Deputado Renato Bernardi, encaminhado pelo Deputado Fernando Scanavaca.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT) **(Pela Ordem)**

Reforçando o convite aos nobres Deputados e dizer que esse título foi concedido ao Bispo Dom José em 1981 e que até a presente data não tinha sido entregue.

É de grande valia para esta Assembleia, que título que foi aprovado quando Ney Braga era Governador do Estado faremos a entrega em Umuarama, às 20h.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Quero também convidar a todos as Sras. e Srs. Deputados que amanhã, aqui neste plenário, às 13h30 teremos uma Audiência Pública a respeito do salário-mínimo regional, com a participação das Federações Comerciais e Empresariais do Paraná, com os líderes sindicais. Portanto, será a mesma Sessão que tivemos em Foz do Iguaçu, com amplo sucesso, teremos amanhã às 13h30 aqui neste plenário.

Estão todos convidados, principalmente os de Curitiba e Região Metropolitana, Deputados de Ponta Grossa têm a responsabilidade de amanhã estarem nessa reunião, que é de extrema importância essa Audiência Pública que discute o salário-mínimo regional.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 621/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que denomina rodovia Julio Motta a rodovia PR-182, no trecho de Santa Isabel do Ivaí/Loanda/BR-376. **(Publ. no DA n° 135/09, de 09/11/09, em Projetos de Lei).**

Sobre o referido projeto, Requerimento n° 636, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para voltar à Comissão de Redação para correção, conforme emenda em anexo. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão da redação final do Projeto de Lei n° 621/09.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 709/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Agrícola da Lapa - APMF, com sede e foro no Município da Lapa. **Aprovada. (Publ. no DA n° 153/09, de 09/12/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/10, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Centro de Educação João Paulo II, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

Aprovado o projeto.

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2008. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. registrasse meu voto contrário ao item 04, bem como dos Deputados Reni Pereira, Plauto Miró Guimarães, Pastor Edson Praczyk, que foram os Deputados que votaram contra ontem, e nosso voto contra hoje também. Que fosse considerado voto contra e que fosse anotado na ata, nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente anotado. O Deputado Tadeu Veneri também.

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 661/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei Complementar nº 059 de 01/10/91. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. (**Publ. no DA nº 145/09, de 25/11/09**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 661/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Beti Pavin, tem por objetivo alterar a Lei Complementar nº 059/91, para que também passem a ser contemplados na repartição de 5% do ICMS, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 9491/90, os Municípios com mananciais subterrâneos - Aquíferos Karst, os quais eram inexistentes quando da edição da supracitada lei.

Fundamentação

Analisando-se a competência para legislar sobre a matéria, encontramos, no artigo 24, inciso I, da Constituição Federal, a seguinte disposição:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Por sua vez, a Constituição Estadual, em seu artigo 53, estabelece que a Assembleia Legislativa possui competência para tratar de matéria afeta ao campo de Direito Tributário:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente.

(...)

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.

Portanto, o projeto em tela não encontra nenhum empecilho a prosperar, pois uma vez competente para legislar sobre determinada matéria, a proponente também será competente para alterar a legislação vigente.

Portanto, o projeto em tela não encontra nenhum empecilho a prosperar, pois uma vez competente para legislar sobre determinada matéria, a proponente também será competente para alterar a legislação vigente.

Ressalta-se que a proponente possui legitimidade para modificar a Lei Complementar nº 059/91, já que esta foi proposta pela Assembleia Legislativa.

Desta forma, não há violação ao princípio do paralelismo das formas, uma vez que a modificação legislativa será realizada em consonância às formas empregadas para a sua criação.

Além disto, a alteração proposta cumpre com os ditames da Constituição Estadual. Vejamos:

Art. 132. A repartição das receitas tributárias do Estado obedece ao que, a respeito, determina a Constituição Federal.

Parágrafo Único. O Estado assegurará, na forma da lei, aos Municípios que tenham parte de seu território integrando unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou àqueles com mananciais de abastecimento público, tratamento especial quanto ao crédito da receita referida no artigo 158, parágrafo único, II, da Constituição Federal.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Desta forma, havendo legitimidade do Parlamentar para tal proposição e estando o mesmo dentro dos critérios legais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, por se tratar de um projeto fincado na constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 661/09

P A R E C E R :

O presente projeto visa dar nova redação ao artigo 1º da Lei Complementar nº 059/91 para incluir na repartição dos 5% do ICMS, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 9491/90, os Municípios com mananciais subterrâneos - Aquífero Karst, como medida de proteção ambiental dos recursos hídricos existentes no Estado.

Na proposta apresentada, o artigo 1º acima mencionado passará a vigorar da seguinte maneira:

“Art. 1º São contemplados na presente lei, Municípios que abriguem em seu território unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de abastecimento público, incluídos os mananciais subterrâneos - Aquífero Karst.”

Os mananciais subterrâneos, necessitam da mesma precaução, proteção e monitoramento destinados aos mananciais de superfície, já contemplados pela Lei Complementar nº 059/91, com objetivo de preservar o patrimônio hídrico do Paraná.

Destaque-se que os reservatórios de águas subterrâneas apresentam grande risco de contaminação já que todo volume de água permanece estancado em bolsas de armazenagem natural. No caso de uma possível contaminação, o aquífero subterrâneo fica irremediavelmente comprometido, perdendo seu potencial e utilização para o uso humano.

Neste sentido, a distribuição dos 5% do ICMS para os Municípios detentores de aquíferos subterrâneos poderá contribuir para a implantação de programas de preservação contínua, além do monitoramento nas áreas utilizadas para o abastecimento público.

No mérito, por todos os motivos mencionados, a presente comissão emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 661/09.

Sala das Comissões, em 03/03/10.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
ROSANE FERREIRA - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 647, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 661/09.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/10, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, com sede social em São Paulo, com núcleos (estabelecimentos) no Paraná e em Curitiba - Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 007/10, em 22/02/10).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 041/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, com sede social em São Paulo, com núcleos (estabelecimentos) no Paraná e em Curitiba - Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projetos de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 041/10

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 041/10, que passa a ter a sua súmula com a seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, com sede e foro social em São Paulo com núcleos (estabelecimentos) no Paraná e em Curitiba - Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de fevereiro de 2010. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das

despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09, referente ao mês de fevereiro de 2010.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/03/10.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Reni Pereira, Edson Strapasson, Francisco Bühner e Dobrandino da Silva.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 016/10

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 016/10, prestando contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de fevereiro de 2010, previstas na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 016/10, as contas apresentadas encontram-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à sua exatidão, concluo pelo parecer favorável.

Decide então, este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 09/03/10.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 645 e 646, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 652 e 653, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Penso que tem dois requerimentos do Deputado Neivo Beraldin que tratam de temas correlatos, daquilo que convencionamos identificar como fulanização para poder, de fato, obter informações relativas. Estamos tratando aqui de duas pessoas jurídicas.

Penso que este tipo de requerimento já discutimos em outras situações, e esses requerimentos indiscutivelmente fulanizam determinada situação, sem especificar e ao mesmo tempo quando eles poderão ser encaminhados via Comissão de Fiscalização da Casa.

Entendo, e já discutimos isto em outros momentos, que quando se fulaniza determina situação específica-

mente, de uma empresa, se estivéssemos tratando de todas as empresas que prestam consultoria ou que venceram licitações, que tratam a questão de forma ampla, é razoável.

Agora, não me parece apropriado especificar a pessoa jurídica para saber quantos contratos ela teve com o Estado. Entendo, Sr. Presidente, que não atende o pressuposto regimental do pedido de informações o requerimento formulado pelo Deputado Neivo Beraldin. Aliás sabemos que a fulanização é um instrumento que tem que ser extremamente bem utilizado, por conta da cautela, em relação ao que pode ser fruto desse tipo de requerimento.

Então, solicitaria ao autor que pudesse encaminhar esse pedido de informações de forma mais ampla e genérica, ou via Plenário ou via Comissão de Fiscalização da Casa, mas não tenho dúvidas de que não é boa prática esse tipo de requerimento. Então, entendo que o requerimento é antirregimental e pediria a Mesa não o colocasse em votação.

É isso que encaminho nesta questão de ordem.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pois não, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Muito obrigado pela concessão da palavra, Sr. Presidente.

Entendo que o Deputado Romanelli está confundindo tudo, porque se ele acha que os Deputados não têm o direito de fiscalizar os contratos que o Governo do Estado faz com uma empresa, ele não aprendeu nada do que é ser Deputado. Isto aqui é próprio de um Plenário que tem a obrigação de fiscalizar as ações de um Governo, especificamente no caso dessas duas empresas, que se passar neste Plenário muito que bem, mas se não passar vou levar direto ao Ministério Público, porque se trata de dois contratos altamente suspeitos. Todas as vezes que tentamos aqui fiscalizar um ato do Poder Executivo, Deputado Romanelli, V. Exa. quer dizer que não é regimental e V. exa. não fala pela Casa, mas fala como Deputado e como Líder do Governo. E vamos parar com essa conversa de que não é regimental, porque qualquer requerimento de um Parlamentar desta Casa sobre fiscalização de obra pública, ou de qualquer ato público, é sim regimental, Sr. Romanelli. Ou o senhor sabe disso? Ou o senhor tem alguma coisa a esconder? Desde que o contrato seja público, por que não pode ser mostrado aqui? Que conversa é essa, Líder de Governo? Não sei qual Governo V. Exa. está liderando, porque tenho certeza de que o Governador Requião jamais encaminharia para negar um pedido de informações sobre um ato público.

Por isso, encaminho para que seja aprovado e para que seja desvendado esse capítulo que o Deputado Líder do Governo se dispõe a votar contra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero pedir apenas ao Deputado Neivo Beraldin que não há necessidade de se exceder.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não, há momentos em que a paciência realmente nos falta. Isso porque não é possível você estar aqui na mesa, sentado em uma cadeira para representar o povo, e quando se faz um requerimento ele não é regimental porque não é do agrado do Líder do Governo. O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, não quero entrar na ciranda da discussão, mas deve ser esclarecido. Acho que o Deputado Neivo Beraldin está coberto de razão. O Deputado Romanelli que me desculpe, mas é uma prerrogativa de qualquer Parlamentar entrar com um requerimento pedindo informações dos atos do Executivo e o Romanelli poderia encaminhá-lo contrário, pedindo que fosse rejeitado, mas jamais dizer que ele não é regimental. O Deputado Neivo Beraldin até elencou no seu regimental o artigo 131, que diz;

Art. 131. Dependão de deliberação no Plenário, na forma dos parágrafos seguintes:

§ 3º Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

IX - De informações ao Secretário de Estado e outras autoridades.

Quer dizer, esse requerimento preenche todos os requisitos, Deputado Romanelli. Ele não é inconstitucional, ele não fere o Regimento Interno, apenas está exercendo o seu direito como Parlamentar de fiscalizar atos do Executivo. Acho que leviano seria o Deputado Neivo Beraldin se ele chegasse numa tribuna dessas e fosse fazer acusações contra essas duas empresas, sem ter os dados, aí ele seria leviano. Mas para que ele não cometa nenhuma injustiça el pede esclarecimentos.

Ora, quem não deve não teme! Aprova esses requerimentos e dê as informações que o Deputado Neivo está solicitando. Quer dizer, quais os contratos que foram firmados com essas empresas, junta os documentos e informa a Assembleia Legislativa. E depois sim, o Deputado Neivo, como nós, Parlamentares, podemos formar nosso juízo. Agora, não podemos vir ao plenário, usar uma tribuna e fazer algumas acusações pelo diz que diz. Acho que nossa parte, Deputado Romanelli, com todo respeito a V. Exa., grande Parlamentar, defensor do Governo, mas pare de defender tanto, baixe a bola um pouco e vamos aprovar esse requerimento para que possamos saber o que aconteceu com essas duas empresas.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu queria que a Mesa decidisse a questão de ordem, e decidindo a questão de ordem eu vou decidir se peço para discutir ou se vou encaminhar, Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pois não. Eu vou decidir pela votação do requerimento em Plenário. Em que pese, devo esclarecer ao Deputado Neivo Beraldin que principalmente, o primeiro quesito, de quantas vezes essa empresa foi contratada pela Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, uma empresa que tem pelo menos mais de 20 anos de trabalho junto à Secretaria dos Transportes, posso afirmar que pelo menos uma delas trabalha com a Secretaria dos Transportes há mais de 20 anos...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Eu afirmo a V. Exa. que não conheço essa empresa, não sei quem é. Simplesmente me disseram, veio denúncia de que há dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Isso que eu questionaria V. Exa. Imagino uma empresa, uma empreiteira que trabalha com a Secretaria dos Transportes há mais de 20 anos...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Então vamos colocar os últimos quatro anos, eu assino ali referente aos últimos quatro anos. Está corrigido o que V. Exa. pediu.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 631, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 635, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 637, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 643 e 644, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 648 a 651, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 18 de março (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Jonas Guimarães, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 363 e 545/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/10, e do Projeto de Resolução nº 005/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 086, 093, 101, 102 e 103/10.

Llevantar-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 022

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	29
Presenças.....	29
Abertura da Sessão	29
Expediente:	
Mensagens	30
Requerimentos	34
Pequeno Expediente:	
Dep. Douglas Fabrício.....	37

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	38
Discussão/Votação	
1ª Discussão	38
2ª Discussão	42
Redação Final	42

Encerramento da Sessão

Publicações:

Diretoria Geral	
Portarias.....	43
Atas de Comissões	
Espec. de Enquadr. e Recadastr.	
de Funcion. da ALEP	44

DIÁRIO Nº 022

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezoito horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Joce-

lito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quintero (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Duílio Genari, Nereu Moura e Osmar Bertoldi (05).

Ausentes com justificativas o Sr. Deputado Fábio Camargo e a Sra. Deputada Luciana Rafgnin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 18 de março (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM N° 024/10

Curitiba, em 16/03/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo obter autorização para a contratação de empréstimo pelo Governo do Estado do Paraná junto à Caixa Econômica Federal, com a finalidade de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que deverá trazer melhorias ao sistema viário da Região Metropolitana de Curitiba, tendo-se em vista o evento esportivo de reconhecimento internacional, qual seja, a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI AUTORIZANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PELO GOVERNO DO ESTADO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA A MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO DA RMC (PAC DA MOBILIDADE/COPA 2014)

Introdução

A realização da Copa Mundial de Futebol de 2014 no Brasil tem fundamental importância na inserção do País nos roteiros turísticos internacionais, contribuindo para ampliar os resultados nacionais na atividade turística. Historicamente, as Cidades-sede de tais eventos têm sido beneficiadas com a implementação de infraestrutura necessária para receber, com qualidade, o grande volume de turistas que para elas se dirigem.

Tendo em vista essas possibilidades excepcionais, a partir do momento em que o Brasil foi eleito para sediar a Copa de 2014, o Governo do Paraná realizou intenso trabalho junto ao Governo Federal para inserir Curitiba como um dos Municípios-sede. Tendo obtido êxito nas negociações, parte-se agora para a etapa dos trabalhos de viabilizar as condições de infraestrutura para atender o público dos jogos que virão à Capital.

Há mais de dois anos está sendo negociado junto ao Governo Federal um rol de investimentos de infraestrutura para a Região Metropolitana de Curitiba, que pretende melhorar e ampliar a condição das vias metropolitanas existentes.

O resultado das negociações é a aprovação, pelo Ministério das Cidades, do financiamento de até R\$ 229,5 milhões por meio da Caixa Econômica Federal, para a realização de obras já aprovadas e definidas num

termo de compromisso entre o Governo do Estado e o Ministério das Cidades.

Dessa forma, solicita-se à Assembleia Legislativa, a autorização para contratação deste empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, para poder dar início aos processos de contratação de projetos e de execução das obras, que deverão ser concluídas, necessariamente, até 2013.

Objetivo/Finalidade

Melhorar a infraestrutura viária da RMC, notadamente no Corredor Metropolitano limítrofe aos Municípios de Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais, Araucária e Fazenda Rio Grande, bem como de importantes vias de comunicação como o Corredor Aeroporto-Rodoferroviário e Corredor Marechal Floriano.

No Corredor Metropolitano, além das duas vias expressas para veículos, está prevista linha exclusiva para ônibus, e implantação de obras de arte (pontes, viadutos, trincheiras, etc.), bem como de sistema de monitoramento, sinalização e iluminação pública.

A construção e melhoria destas vias são de grande importância para poder receber, condignamente, o afluxo de turistas durante a Copa do Mundo, reduzindo as dificuldades de tráfego geradas por engarrafamentos e, também:

- facilitar o trânsito direto entre os Municípios limítrofes ao Corredor Metropolitano;
 - transferir para o Corredor Metropolitano grande número de passageiros de Colombo, Pinhais e dos demais Municípios limítrofes que se destinam aos polos industriais de Araucária e da CIC (Curitiba), sobrecarregando o atual sistema de transporte público no eixo Norte-sul, principalmente nos horários de maior demanda;
 - melhorar o fluxo para o aeroporto, para o Estado de Santa Catarina e a ligação com o contorno Sul (para São Paulo, Paranaguá, e Norte do Paraná);
- Evitar o eminente colapso de tráfego no eixo Norte-sul de Curitiba - de Santa Cândida, ao Norte, ao Boqueirão, Araucária e CIC ao Sul.

Situação Atual

O crescimento dos Municípios no entorno do traçado previsto para o Corredor Metropolitano (Araucária, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais e São José dos Pinhais), principal destino das recentes migrações urbanas, de Curitiba e do Estado do Paraná, teve o seguinte desempenho no período 1980-1991-2000 e na contagem para 2009:

Número de Habitantes e Taxas de Crescimento Populacional de Curitiba, Estado e Municípios do Entorno do Corredor Metropolitano.

Discriminação	Região Entorno	Curitiba	Curitiba + Região Entorno	Total do Estado
Contagem em 2009	843.716	1.851.215	2.694.931	10.284.503
Censo de 2000	647.765	1.587.315	2.235.080	9.563.458
Censo de 1991	407.712	1.315.035	1.722.747	8.448.713
Censo e 1980	204.720	1.024.975	1.229.695	7.629.382

Crescimento (em %)

2009/2000	30,3%	16,6%	20,6%	7,5%
2000/1991	58,9%	20,7%	29,7%	13,2%
1991/1980	99,2%	28,3%	40,1%	10,7%
2009/1980	312,1%	80,6%	119,2%	34,8%

Crescimento (em % a. a.)

2009/2000	3,0%	1,7%	2,1%	0,8%
2000/1991	5,3%	2,1%	2,9%	1,4%
1991/1980	6,5%	2,3%	3,1%	0,9%
2009/1980	5,0%	2,1%	2,7%	1,0%

Fonte: IBGE/IPARDES

Observa-se que a distância média desses Municípios a Curitiba é da ordem de 21quilômetros.

O quadro revela o grande dinamismo do crescimento populacional de Curitiba (cerca de dobro do estadual) e da Região do Entorno (cerca do triplo do estadual)

Crescimento Demográfico Esperado

A estimativa de crescimento da população dos Municípios do entorno do Corredor Metropolitano até 2020, utilizando taxas conservadoras de crescimento, apresenta a seguinte expectativa.

Estimativa do Número de Habitantes e Crescimento Populacional de Curitiba, Estado e Municípios do Entorno do Corredor Metropolitano - 2009, 2015 e 2020.

Discriminação	Região Entorno	Curitiba	Curitiba + Região Entorno	Total do Estado
População em 2020	1.167.900	2.206.545	3.374.445	11.171.046
População em 2015	1.007.441	2.048.248	3.055.689	10.788.138
População em 2009	843.716	1.851.215	2.694.931	10.284.503

Crescimento (em %)

2020/2015	15,9%	7,7%	10,4%	3,5%
2015/2009	19,4%	10,6%	13,4%	4,9%

Crescimento (em % a. a.)

2020/2015	3,0%	1,5%	2,0%	0,7%
2015/2009	3,0%	1,7%	2,1%	0,8%

Incrementos (hab.)

2020/2015	160.459	158.297	318.756	382.908
2015/2009	163.725	197.033	360.758	503.635
2020/2009	324.184	355.330	679.514	886.543

Fonte: IBGE/IPARDES

Verifica-se assim que a estimativa de crescimento dos Municípios limítrofes do entorno é quase equivalente ao do Município de Curitiba e representa porção significativa no crescimento demográfico do Estado.

Tendo-se ainda em conta que o crescimento da demanda do conjunto dos Municípios do Entorno será

acrescido de 324 mil habitantes a serem beneficiados diretamente pelas obras, adicionado de parte dos 355 mil habitantes curitibanos que utilizarão as vias de trânsito no eixo norte-sul (em coletivos e/ou veículos individuais), fica evidente o colapso, se mantidas as condições de atuais de transporte.

OBRAS PROGRAMADAS PARA SEREM FINANCIADAS	
Discriminação	Total (R\$ milhões)
BRT - Corredor Aeroporto Rodoferroviária	42,3
BRT - Corredor Aeroporto - Rodoferroviária - Obras Trecho Divisa Municipal - Aeroporto	42,3
Sistema Integrado de Monitoramento	10,0
Sistema Integrado de Monitoramento - Obras	10,0
Requalificação do Corredor Marechal Floriano	10,0
Requalificação do Corredor Marechal Floriano - Trecho Divisa - Aeroporto - Obras	10,0
Corredor Metropolitano - Implantação e Requalificação de Diversas Vias Existentes	130,7
Corredor Metropolitano - Projeto Básico (Estudos, Projetos e Acompanhamento Gerencial)	5,7
Corredor Metropolitano - Requalificação de Diversas Vias Existentes - Desapropriações	
Corredor Metropolitano - Obras	125,0
Vias de Integração Radial Metropolitanas	36,5
Vias de Integração Radial Metropolitanas - Projeto Básico (Estudos, Projetos e Acompanhamento Gerencial)	3,1
Vias de Integração Radial Metropolitanas - Desapropriações	
Vias de Integração Radial Metropolitanas - Obras	33,4
Total	229,5

O valor total das obras a serem financiadas está orçado em R\$ 229,5 milhões, excetuando-se os custos de desapropriação, os quais serão cobertos com recursos do Tesouro do Estado.

Recursos Oferecidos para Financiamento

Para a execução desta relação de obras e serviços o Ministério das Cidades aprovou, para o Governo do Paraná, o financiamento de R\$ 229,5 milhões, por meio da CEF - Caixa Econômica Federal. A contrapartida mínima do Estado será de 5% (R\$ 11,5 milhões), acrescida dos custos de desapropriação, dos estudos e projetos e dos investimentos que ultrapassam os valores parciais fixados.

Conclusão

A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) têm trabalhado em parceria na estruturação de projetos destinados a minorar os impactos negativos no trânsito de veículos resultantes do acelerado crescimento demográfico da RMC - Região Metropolitana de Curitiba. Porém, a falta de recursos tem atrasado a implantação das obras necessárias. Verifica-se acentuada valorização das áreas atingidas pelos projetos, elevando os custos de desapropriação e de relocação. Estas dificuldades tem obrigado à revisão de rotas e projetos.

A autorização solicitada visa construir, em ritmo acelerado, as obras previstas no período de 2010 a 2013, devido à prioridade dos mesmos e aos prazos de realização da Copa de 2014.

Face os prazos necessários ao planejamento e para a estruturação adequada das soluções e os imprevistos que poderão ocorrer pelos processos de desapropriação, é importante iniciar o mais cedo possível os procedimentos de construção e melhoria das vias programadas.

Atualmente as vias existentes de movimentação diária da população da RMC, para trabalho e estudo, já demonstram claros sinais de esgotamento. A adição dos turistas esperados para a Copa em 2014 impõe o incremento de novas vias de circulação, melhoria, requalificação e outras, com obras especiais projetadas para o trânsito mais intenso.

A não realização desses empreendimentos, sabidamente comprometem a participação do Paraná na rede de Estados que sediarão a Copa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessários apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 229,5 milhões (duzentos e vinte e nove milhões e quinhentos mil reais), observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito e as normas da Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Os recursos resultantes do financiamento autorizado, a que se refere o artigo 1º desta lei, serão obrigatoriamente aplicados em obras de infraestrutura, previstas no Plano de Aceleração do Crescimento da Mobilidade - PAC, necessárias à realização, no Paraná, da Copa Mundial de Futebol de 2014, conforme anexo I, desta lei.

§ 1º O empreendimento referido no parágrafo anterior é denominado PAC da Mobilidade/Copa 2014.

Art. 3º Para operação de crédito a que se refere o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantias, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159 da Constituição Federal ou outras garantias em direito admitidas, até o montante de que trata o artigo 1º desta lei.

Art. 4º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento Geral do Estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente do operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 5º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:
I - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;

II - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida para atendimento das despesas do projeto, na forma da lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I	
Discriminação	Total (R\$ milhões)
BRT - Corredor Aeroporto Rodoferroviária	42,3
BRT - Corredor Aeroporto - Rodoferroviária - Obras Trecho Divisa Municipal - Aeroporto	42,3
Sistema Integrado de Monitoramento	10,0
Sistema Integrado de Monitoramento - Obras	10,0
Requalificação do Corredor Marechal Floriano	10,0
Requalificação do Corredor Marechal Floriano - Trecho Divisa - Aeroporto - Obras	10,0
Corredor Metropolitano - Implantação e Requalificação de Diversas Vias Existentes	130,7
Corredor Metropolitano - Projeto Básico (Estudos, Projetos e Acompanhamento Gerencial)	5,7
Corredor Metropolitano - Requalificação de Diversas Vias Existentes - Desapropriações	
Corredor Metropolitano - Obras	125,0
Vias de Integração Radial Metropolitanas	36,5

Vias de Integração Radial Metropolitanas - Projeto Básico (Estudos, Projetos e Acompanhamento Gerencial)	3,1
Vias de Integração Radial Metropolitanas - Desapropriações	
Vias de Integração Radial Metropolitanas - Obras	33,4
Total	229,5

ANEXO II INFORMAÇÕES FÍSICAS E DEMOGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO CORREDOR METROPOLITANO									
Discriminação	Araucária	Colombo	Fazenda Rio Grande	Pinhais	São José dos Pinhais	Municípios do Entorno	Curitiba	Região de Curitiba	Estado do Paraná
Data de instalação	01/03/1890	05/02/1890	01/01/1993	01/01/1993	08/01/1853	-	29/03/1693	-	19/12/1853
Área (Km2)	471	198	115	61	944	1.790	436	2.225	199.880
Km de Curitiba	28,6	17,3	31,3	8,9	18,6	20,9	0,0	-	-

População (em hab.)

Contagem em 2009	117.964	247.268	80.868	118.319	279.297	843.716	1.851.215	2.694.931	10.284.503
Censo de 2000	94.258	183.329	62.877	102.985	204.316	647.765	1.587.315	2.235.080	9.563.458
Censo de 1991	61.889	117.767	25.065	75.536	127.455	407.712	1.315.035	1.722.747	8.448.713
Censo e 1980	34.799	62.881	n.d.	35.406	70.634	203.720	1.024.975	1.228.695	7.629.382

Crescimento (em %)

2009/2000	25,2%	34,9%	28,6%	14,9%	36,7%	30,3%	16,6%	20,6%	7,5%
2000/1991	52,3%	55,7%	150,9%	36,3%	60,3%	58,9%	20,7%	29,7%	13,2%
1991/1980	77,8%	87,3%	n.d.	113,3%	80,4%	100,1%	28,3%	40,2%	10,7%
2009/1980	239,0%	293,2%	n.d.	234,2%	295,4%	314,2%	80,6%	119,3%	34,8%

Crescimento (em % a. a.)

2009/2000	2,5%	3,4%	2,8%	1,6%	3,5%	3,0%	1,7%	2,1%	0,8%
2000/1991	4,8%	5,0%	10,8%	3,5%	5,4%	5,3%	2,1%	2,9%	1,4%
1991/1980	5,4%	5,9%	n.d.	7,1%	5,5%	6,5%	2,3%	3,1%	0,9%
2009/1980	4,3%	4,8%	n.d.	4,2%	4,9%	5,0%	2,1%	2,7%	1,0%

Fonte: IBGE/IPARDES

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 658

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(aa) ALEXANDRE CURI
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio:

Cleiton Kielse, Rosane Ferreira, Luiz Eduardo Cheida e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO N° 633

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à população do Município de Pinhais, através de seu Prefeito Sr. Luiz Goularte Alves, pelas comemorações de seu 18° aniversário no dia 20 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Pinhais.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO N° 640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de São José dos Pinhais, que no dia 19 de março comemora o Dia de seu Santo Padroeiro, São José, e concomitantemente, 320 anos de Fundação do Município.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(aa) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder Legislativo presta a um dos Municípios mais importantes do Estado do Paraná, tanto por seus aspectos históricos, bem como por sua participação na economia do Estado, através da sua expressiva e diversificada produção industrial.

São José dos Pinhais detém, além de um amplo, moderno e competitivo parque infantil, uma produção considerável no setor agrícola, em especial na produção de hortifrutigranjeiros.

Seus aspectos físico-geográficos tornam este Município um corredor intermodal importantíssimo para o Estado do Paraná e, neste sentido, São José dos Pinhais é também destaque por sua infraestrutura de transportes, logística e comunicação.

História

Os primeiros europeus que circularam por terras paranaenses eram portugueses e espanhóis em busca de riquezas naturais. Foi de São Paulo que partiram várias expedições para os sertões brasileiros em busca de ouro ou de índios para o trabalho escravo. Uma delas descobriu pequena quantidade de ouro no litoral paranaense e como consequência ali se formou um pequeno povoado. Pouco tempo depois, em janeiro de 1649, era instalada a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Procurando descobrir ouro em outras localidades paranaenses, partiram de Paranaguá duas expedições, uma em 1649 e outra em 1651. O resultado foi animador, pois Ébano Pereira, chefe das duas expedições, registrava em um relatório a descoberta de ouro em rios do planalto. A notícia da descoberta de ouro nestes rios provocou o surgimento do Arraial Grande, um pequeno povoado situado junto ao Rio do Arraial. Foi ele o primeiro povoado português das terras são-joseenses.

Até então, o espaço onde atualmente se localiza o Município de São José dos Pinhais era ocupado por grupos das sociedades indígenas. Primeiramente por povos caçadores e coletores e na época da chegada dos portugueses por grupos que pertenciam às famílias linguísticas dos Jê e Tupi-Guarani. O crescimento do Arraial Grande aconteceu de uma forma rápida e desordenada, por nele os portugueses pretendiam permanecer somente enquanto houvesse ouro para explorar. Na mesma época do surgimento deste povoado diversos portugueses se tornaram proprietários de grandes extensões de terras no

espaço hoje ocupado pelo Município. Entre eles, estava o Padre João da Veiga Coutinho, que se tornou dono das fazendas Água Bellas e Capocu.

A Fazenda Águas Bellas possuía uma excelente localização, pois era cortada por importantes caminhos percorridos pelos primeiros colonizadores. Foi nesta Fazenda, provavelmente junto à sua sede, que no ano de 1690 ocorreu a inauguração da Capela de Bom Jesus dos Perdões. A presença da Igreja Católica era importante para o lugar, isto porque na época a Igreja fazia parte do processo administrativo de colonização. Com a inauguração desta Capela, o espaço são-joseense passou a ter uma autoridade que representava o Governo português.

Pouco tempo depois, no ano de 1721, o Ouvidor Geral Raphael Pires Pardilho solicitava a eleição das primeiras autoridades para a freguesia de São José. Na organização administrativa colonial, as freguesias eram povoações que contavam com uma autoridade eclesiástica local e possuíam representantes junto à Administração Pública da vila a que pertenciam. Esta freguesia possuía um enorme território, com uma pequena e pobre população.

A maioria vivia de uma agricultura de subsistência e poucos se dedicavam ao comércio das Casa de Venda, que comercializavam alguns alimentos, tecidos e utensílios para o lar e a lavoura. Eram três os principais caminhos que cortavam as terras da Freguesia de São José: Caminho do Arraial, que ligava o Litoral ao planalto; Caminho dos Ambrósios, fazendo a ligação com o Litoral catarinense; e Caminho de São José-Curitiba, usado por moradores da freguesia e viajantes dos outros dois caminhos.

O ouro era pouco e por volta de 1750 sua exploração estava praticamente extinta. Sem outra atividade econômica lucrativa, o crescimento populacional foi muito lento. Durante todo o século XVIII e a primeira metade do século XIX, a freguesia de São José possuía uma população pobre e dispersa, onde a grande maioria vivia de uma agricultura de subsistência. Embora fosse esta freguesia uma das maiores da região, ela foi abandonada pelas autoridades locais (Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba), como também pelas autoridades regionais (Capitania de São Paulo e depois Província de São Paulo).

No dia 16/07/1852 foi sancionada a Lei n° 010 da Província de São Paulo, criando o Município de São José dos Pinhais. A sua instalação e a posse solene dos primeiros Vereadores ocorreu no dia 08/01/1853. A mesma lei definia que a sede do novo Município ficaria na então também criada Vila de São José dos Pinhais. Em 27/12/1897, esta vila recebeu a categoria da Cidade. Assim, a sede do Município passou a ser a Cidade de São José dos Pinhais. (Trecho relatado pela pesquisadora e historiadora Maria Angélica Marochi).

Orgulho do Paraná

Hoje, o Município de São José dos Pinhais, com uma população estimada em mais de 220 mil habitantes, configura-se no cenário estadual como um dos principais

polos industriais do Paraná e do Brasil. Sua manufatura industrial vai do setor automotivo a perfumaria, passando pela química fina, à eletroeletrônica ao setor moveleiro.

Na agricultura, persistem traços da sua formação inicial, cuja cultura advém de descendentes principalmente europeus. Nessa mistura estão agregados os melhores índices de produção, colocando São José dos Pinhais na condução de maior produtor de hortifrutigranjeiros da Região Metropolitana de Curitiba.

Com sua localização estratégica, São José dos Pinhais é o corredor de escoamento de grande parte da produção paranaense. Ele liga aos Estados do Sul e nele está instalado o principal e maior aeroporto do Paraná, o Aeroporto Internacional Afonso Pena.

Após sua expansão industrial acentuada no final da década de 1990, a Cidade vive hoje o mesmo processo só que no segmento da prestação de serviços e comércio, atraindo grandes e importantes investimentos.

No setor educacional, São José dos Pinhais também é referência por sediar a Pontifícia Universidade Católica - campus São José dos Pinhais, e duas Faculdades: Faculdade Metropolitana de Curitiba - FAMEC e a Faculdade de Administração e Economia - FAE.

A Comemoração

É de forma especial que a Cidade comemora seus 320 anos neste próximo dia 19/03/10, data na qual se comemora o terceiro ano de instalação da Diocese de São José dos Pinhais, com reintronização da imagem de São José, na Catedral da Cidade.

Por estes abreviados relatos, o Município de São José dos Pinhais se faz merecedor de todo o reconhecimento e votos de congratulações.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Poderes Executivo e Legislativo de São José dos Pinhais, sendo a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais.

REQUERIMENTO N° 641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rancho Alegre D'Oeste pela passagem, no próximo dia 20/03/10, do seu 18° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Valdinei José Peloi, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita, Sra. Suely Alves Pereira Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rancho Alegre D'Oeste.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de Rancho Alegre D'Oeste que está completando, no próximo dia 20/03/10,

seus 18 anos de emancipação política, está de parabéns e sente-se deveras reconhecida pelo esforço e inteligência de seus administradores.

Saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores desse importante Município, que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida pelo Município a vencer os desafios colocados em permanente transformação.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade, a flagrante importância que o Município detém, referendada em nossa lei maior, O contato que, diuturnamente, o Prefeito, Vice-Prefeito e os Vereadores exercitam junto ao povo, fazem dos mesmos destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se honrado em congratular-se com a população de Rancho Alegre D'Oeste pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO N° 642

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Telêmaco Borba pelo transcurso de seus 46 anos de emancipação política, no próximo dia 21/03/10.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Eros Danilo Araújo, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Edemilson Siqueira Pukanski, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 17/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé que saudar o Município de Telêmaco Borba, pela passagem de seus 46 anos de história, com seu atual Prefeito Sr. Eros Danilo Araújo e o Sr. Edemilson Siqueira Pukanski, Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população.

As primeiras referências datam de 1799, quando José Felix da Silva e Antônio Machado Ribeiro firmaram a posse de extensa área de terras na região do rio Tibagi.

Nasceu então o povoado da Cidade Nova, graças à atuação e a tenacidade de Telêmaco Morocines Borba, que foi o desbravador pioneiro da região e fundador do núcleo populacional primitivo. Em 1933, com a instalação das Indústrias Klabin na região, o povoado da Cidade Nova teve rápido e extraordinário desenvolvimento, cres-

cendo social e economicamente dentro de reduzido lapso de tempo.

Em 1960 houve frustrada tentativa de emancipação. Pela lei Estadual n° 4445, de 16/10/61, foi criado o distrito administrativo da Cidade Nova, no Município de Tibagi. Em 05/07/63, através da Lei Estadual n° 4738, foi criado o Município de Telêmaco Borba, com território desmembrado do Município de Tibagi. A instalação deu-se em 21/03/64, com a posse do primeiro Prefeito Municipal eleito, Sr. Péricles Pacheco da Silva.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se honrado em congratular-se com a população de Telêmaco Borba pelo transcurso da significativa data da comemoração de seus 46 anos de emancipação política.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Finda a leitura do Expediente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, temos aqui na Casa a presença, honrosa para nós, da gloriosa Polícia Militar, que veio aqui para assistir a votação do projeto que é de interesse da Polícia e do povo do Paraná. Quero pedir a compreensão dos Srs. Deputados para que não se prolonguem muito nos discursos para que este pessoal possa assistir a Sessão, lógico, e cada um ter seu destino.

Quero contar com a colaboração dos Srs. Deputados.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pelos aplausos nós entendemos que os senhores policiais militares querem mais ação e menos discurso.

(Aplausos)

Todavia, consulto ao Deputado Antonio Belinati, que está inscrito, se faz questão de usar o microfone?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, como está na pauta o reajuste do funcionalismo, o plano da Polícia Militar, o aumento dos policiais, tem policial aqui que está há quatro horas e meia sentado e daqui a pouco vai ter que usar talco porque vai ficar todo assado.

Então, para apressar a votação deste projeto de aumento para os policiais militares, em homenagem à presença deles e de alguns familiares, vamos deixar o nosso pronunciamento para outra hora, porque agora o que queremos é votar o projeto de aumento!

(Aplausos)

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, no Pequeno Expediente.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Presidente, eu até não ia me pronunciar para agilizar o processo para aprovar o trabalho para a Polícia Militar, só que já faz três anos que estou aqui e agora, no afogadilho, faltando duas semanas para o Governador deixar de ser Governador, chega um projeto dessa natureza para fazer média com os policiais militares. Por que não mandou esse projeto antes para cá? “Ah, mas não tinha orçamento”. Vocês sabem que se quisesse, tinha, sim, poderia ter feito concurso público, poderia ter contratado mais policiais, poderia ter melhorado se quisesse. Agora, está fazendo a situação e nem o dinheiro tem ainda, mas vamos aprovar, como disse aqui o Deputado Elio Rusch, nosso Líder da Oposição, porque faz tempo que estamos lutando para melhorar as condições de trabalho da Polícia Militar, e não é só no discurso, não, é no trabalho, porque já teve outras vezes que ficamos até meia-noite aqui nesta Casa para poder aprovar emendas ao orçamento, emenda aos projetos de aumento de salários, e foram derrubadas as nossas emendas.

Então, mais cinco minutos, menos 10 minutos, não se preocupem, vai ser aprovado. Mas, mesmo assim, junto com o Deputado Mauro Moraes, estamos apresentando uma emenda para na segunda-feira ser discutida, na 2ª discussão, para corrigir a distorção que tem esse projeto. Somos favoráveis, sim, ao grande comando, às pessoas que tem um cargo mais importante dentro da Polícia ganharem bons salários. Merecem, porque trabalham, e também somos favoráveis aos Soldados com melhores condições de trabalho também e melhores salários, como já foi colocado por alguns aqui.

Então, senhores e senhoras que nos assistem aqui, vamos continuar essa luta. O Governador, daqui uns dias não é mais Governador, vem outro. Depois, daqui uns dias tem eleição, muda, vai ser outro. E vamos continuar lutando e defendendo a Polícia Militar e a Polícia Civil, porque se queremos melhorar a Segurança no Paraná, temos que fazer com que o policial ganhe mais, seja mais respeitado, e a sua família tenha condições de ter boa vida, e quando digo boa vida é conforto em seu lar, condições de ter um bom salário. Para isso, tenho aqui uma relação de ações que fizemos em benefícios da Segurança Pública do Estado do Paraná, mas também vou fazer, vou deixar para outra oportunidade, até para ganharmos tempo e para votarmos os projetos que há muitos anos essas famílias, aqui representadas, estão precisando no Estado do Paraná.

Para finalizar, quero agradecer a presença dos Vereadores que aqui estão conosco, de Mamborê. Muito

obrigado pela presença de vocês, sempre voltem a esta Casa, porque aqui estão os Deputados que representam todo o Estado do Paraná. Muito obrigado.

Podem contar, senhores policiais militares e civis, com o nosso voto e com o nosso apoio para melhorar o projeto do Governo do Estado do Paraná da Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos, Vereadores de Mamborê.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (**Pela Ordem**)

Queria registrar que São José dos Pinhais, na próxima terça-feira, estará fazendo 320 anos. Parabéns à toda comunidade de São José dos Pinhais, todas aquelas pessoas que fizeram e fazem de São José dos Pinhais uma das Cidades que mais cresce no Estado do Paraná, muito acolhedora a todos aqueles que vão à nossa Cidade.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 024/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que tem por objetivo obter autorização para a contratação de empréstimo pelo Governo do Estado do Paraná junto a Caixa Econômica Federal, com finalidade de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que deverá trazer melhorias ao sistema viário da Região Metropolitana de Curitiba, tendo em vista o evento esportivo de reconhecimento internacional, qual seja, a Copa do Mundo de Futebol de 2014. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 658, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Cleiton Kielse, Luiz Eduardo Cheida, Pastor Edson Praczyk e Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, requerendo a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/10, que concede aumento percentual de 5% (cinco por cento) a todas as carreiras estatutárias civis e militar, no Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Federal (advogado, auditor fiscal, delegado, procurador, IAPAR, ensino superior, QPPE, magistério, EMATER, policiais civis e militares). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 017/10, de 10/03/10, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 103/10

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por observância do disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual e na esteira do que determina a Lei nº 15512, de 31/05/07, que instituiu a data de 1º de maio para a revisão geral, bem como para atendimento ao que reza os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00, quanto ao atendimento dos limites da despesa *versus* receita.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável com as emendas modificativa e aditiva anexas, nada encontrando que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 103/10

Com fundamento no que autoriza o Regimento Interno dessa Casa de Leis, em especial o artigo 137, parágrafo 4º, faz-se necessário a apresentação da seguinte emenda modificativa, fazendo com que o artigo 5º do referido projeto de lei passe a contar com a seguinte redação:

“Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, a aplicação do índice fixado no artigo 1º e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, atestadas pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação e da Fazenda, ao comportamento da receita e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00, revogando-se ainda o artigo 2º da Lei nº 7568/82, ao longo do exercício de 2010, e mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, obedecidas as formalidades legais.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 103/10

Com fundamento no que autoriza o Regimento Interno dessa Casa de Leis, em especial o artigo 137, parágrafo 3º, faz-se necessário a apresentação da seguinte emenda aditiva.

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 103/10, o parágrafo único que contará com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

Parágrafo Único. O disposto no artigo 1º da presente lei, aplica-se também aos servidores do Poder Legislativo do Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 103/10

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a proposição de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 018/10, com o objetivo de conceder aumento de 5% (cinco por cento), a todas as carreiras estatutárias civis e militar ativos e inativos, do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável com inclusão de emendas à matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos constatar que a matéria encontra-se justificada.

Sendo assim, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/03/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
PEDRO IVO - Relator

Em Votação: 40 Srs. Deputados presentes; 39 Deputados votaram com a expressão SIM.

Portanto, está aprovado por unanimidade.

(Aplausos)

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/10, que dispõe sobre as carreiras de policiais civis de investigador de

polícia, escrivão e papiloscopista, e adota outras providências (equiparação salarial ao QPPE de nível superior).
COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 017/10, de 10/03/10, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 102/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

A presente proposta de lei objetiva incorporar e extinguir gratificação técnica concedida, pela Lei Complementar nº 114/05, aos servidores que completassem o ensino superior, requisito anteriormente dispensável para ingresso na carreira. Ademais, tal medida, consoante a justificativa apresentada, irá proporcionar um tratamento isonômico aos servidores policiais civis, beneficiando os de carreira de nível fundamental (inativos) e médios (ativos e inativos), proporcionando a racionalização da remuneração e a melhor gestão dos pagamentos.

Fundamentação

Dentre as atribuições conferidas, pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, à Comissão de Constituição e Justiça, flagra-se a análise prévia quanto ao aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa do projeto de lei em exame, bem como a legitimidade do ora autor em iniciar o processo legislativo.¹

Dispõe a Lei Complementar nº 114/05 que “os servidores em atividade que tiverem concluído graduação perceberão, a título de gratificação técnica, percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o vencimento base, pago em cògido à parte (...)”².

Ocorre que, atualmente, se exige a conclusão da graduação para ingresso na carreira de policial civil, sendo, pois, a pretensão do proponente de conceder tratamento igualitário entre os servidores inativos e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo.

Dispõe a Constituição do Estado do Paraná ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual as leis que disponham sobre servidores públicos, integrantes do Poder Executivo, quanto ao seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva³.

Ainda, esclareça-se que a Polícia Civil é subordinada ao Governador do Estado, bem como regida por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes⁴. Portanto, vislumbra-se que o nobre

1.Art. 33,§ 2º, RI. À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...).

2.Art. 2º, *caput*, da Lei Complementar nº 114/05.

3.Art. 66, da Constituição Estadual.

4.Art. 49, *caput*, da Constituição Estadual.

proponente é legitimado para iniciar o ora processo legislativo.

Ressalte-se que, apesar de a estimativa de impacto financeiro desacompanhar a proposta legislativa em exame, não se contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), uma vez que os efeitos financeiros ficam condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira, bem assim mediante prévia autorização do Governo. Destarte, a ação governamental não acarretará inesperadas despesas e prejudicialidades aos cofres públicos estaduais.

Por derradeiro, inexistem contrariedades à Lei Complementar nº 095/98 que dispõe acerca da técnica legislativa.

Conclusão

Deflagradas a constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 102/10

P A R E C E R :

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a proposição de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 017/10, com o objetivo de dispor sobre as carreiras de policiais civis, de investigador de Polícia, escrivão e papiloscopista, e adota outras providências.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos constatar que a matéria encontra-se amplamente justificada, bem como vem acompanhada do impacto financeiro, para os servidores ativos, inativos, bem como para os pensionistas.

Sendo assim, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/03/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em votação: 40 Srs. Deputados presentes; 39 Deputados votaram com a expressão SIM. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/10, que objetiva

modificar o vigente Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná e adota outras providências. (Reestruturação na composição da remuneração dos militares estaduais - gratificação por tempo de serviço). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 017/10, de 10/03/10, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 101/10

P A R E C E R :

O projeto de lei ora em análise, de autoria do Poder Executivo, visa a modificação ao vigente Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná, o qual promoverá uma completa reestruturação na composição da remuneração dos militares estaduais, corrigindo distorções salariais hoje existentes, adotando-se uma sistemática mais equânime de diferenciação de níveis e funções no seio da Corporação, assegurando assim, remuneração condigna aos agentes públicos encarregados de zelar pela segurança da comunidade paranaense.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 101/10

P A R E C E R :

O presente projeto advindo da Mensagem nº 016/10 - objetiva modificar o vigente Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná e adota outras providências. (Reestruturação na composição da remuneração dos militares estaduais - gratificação por tempo de serviço).

A proposta, nesta comissão, é analisada sob a ótica financeira, ou seja, sob a perspectiva de trazer ou não impacto aos cofres públicos.

Essencialmente, deve ser estudada a Lei Complementar nº 101/01, Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta lei exige requisitos específicos para elevação de despesa, conforme se vê:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considerava-se:

I - adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º do artigo 182 da Constituição.

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do artigo 37 e no parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo Único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no artigo 20.

Compulsando os autos do projeto de lei, percebe-se que todos os requisitos legais estão sendo observados, ante a presença de cópia de todos os documentos previstos.

Assim, pela ausência de qualquer espécie de óbice, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 17/03/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/10, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade

pública estadual a Associação dos Papiloscopistas do Estado do Paraná - APEP, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/10, de 10/03/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 093/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação dos Papiloscopistas do Estado do Paraná - APEP, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 093/10

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 093/10, que passa a ter a sua Súmula com seguinte redação:

“Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Papiloscopistas do Estado do Paraná - APEP, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/10, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social Evangélico - SERASE, com sede e foro no Município de Nova Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 015/10, de 08/03/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 086/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Evangélico - SERASE, com sede e foro no Município de Nova Londrina, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de fevereiro de 2010. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/10, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, com sede social em São Paulo com núcleos (estabelecimentos) no Paraná e em Curitiba - Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 545/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a colocação de brinquedos para portadores de necessidades especiais em parques, praças e outros locais públicos que são destinados a prática de esportes e lazer. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 545/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Determina que os convênios firmados entre o Poder Executivo do Estado e dos Municípios, ao remeterem recursos para a construção e reformas de parques, praças e outros locais que tem por objeto oferecer a prática de esportes e lazer, deverão prever a colocação de brinquedos e equipamentos desenvolvidos para utilização de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º É facultado, ao Poder Executivo do Estado e dos Municípios, a celebração de novos convênios com a finalidade específica de instalação de brinquedos e equipamentos desenvolvidos para utilização por pessoas portadoras de necessidades especiais nas praças, parques e outros locais públicos já existentes à prática de esportes e lazer.

Art. 3º Os brinquedos e equipamentos apresentados na presente lei deverão ser sinalizados, delimitando sua finalidade de serem adaptados para integração dos portadores de necessidades especiais.

Art. 4º Os novos projetos de parques, praças e outros locais públicos, realizados através de convênios com o Poder Executivo do Estado e dos Municípios, destinados a prática de atividades de esporte e lazer, deverão ter acesso especial para cadeirantes.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 363/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Joaquim Cearense, com sede no Município de Itambaracá. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 363/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Joaquim Cearense, com sede no Município de Itambaracá e foro no Município de Andirá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/03/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 633, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 641 e 642, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 640, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 695/09 e 042/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 086, 093, 101, 102 e 103/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 315/09 e 082/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 358/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1560, datado de 25/02/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, IVONETE DE ALMEIDA FREI-

TAS, matrícula nº 7951, de 40 (quarenta) dias, a partir de 13/03/10, com término em 23/04/10, CID. 10 F 32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, 15/03/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 359/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2237, datado de 08/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença médica, à servidora deste Poder Legislativo, MARY DALVA DE OLIVEIRA, matrícula nº 5669, de 30 (trinta) dias, a partir de 09/03/10, com término em 08/04/10, CID. 10 C 20.

Gabinete da Diretoria Geral, 15/03/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 360/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 148, datado de 19/01/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição à Prefeitura Municipal de Curitiba da servidora deste Poder Legislativo, LUCIA JOVITA INÁCIO, matrícula nº 40555, para que possa permanecer exercendo o cargo em Comissão de Assessora do Prefeito, até 31/12/10, sendo a cedência com ônus para a órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15/03/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 361/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 150, datado de 19/01/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba os serviços do funcionário deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, matrícula nº 117, para exercer cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15/03/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 362/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob o nº 149, datado de 19/01/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba os serviços do funcionário deste Poder Legislativo, VANDERLEI NORBERTO REBELO, matrícula nº 100, para continuar exercendo o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo C-2, no Gabinete de Prefeito, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15/03/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão

Especial de Enquadramento e Recadastramento de Funcionários da ALEP

ATA DE REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

**COMISSÃO ESPECIAL DE ENQUADRAMENTO E
RECADASTRAMENTO DE FUNCIONÁRIOS DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ**

ATO DO PRESIDENTE Nº 001/10

Às 16h30 do dia 11 de março de 2010, no Gabinete da Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa, reuniram-se os membros desta Comissão Especial, estando presentes Dr. Ayrton Costa Loyola (Presidente), Sr. José Ary Nassiff e Sr. Claudio Marques da Silva. Aberta a reunião,

pelo Presidente Dr. Ayrton Costa Loyola foi declarada instalada a presente Comissão Especial para promover o recadastramento de todos os servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; o enquadramento da atuação funcional na simbologia dos cargos e vencimentos; além de outras providências devidamente publicadas no Ato do Presidente nº 001/10 do Diário da Assembleia nº 017/08 do dia 10 de março de 2010. O Presidente da Comissão determinou ainda que o Dr. Guilherme Ferraz Lewin, e o Dr. Eron Abboud fossem nomeados para secretariar os trabalhos desta Comissão, o que foi unanimemente acatado. O Presidente deixou livre a palavra que foi utilizada pelo Diretor de Pessoal Claudio Marques da Silva para juntar cópias das Resoluções nºs 007/04 e 009/05, além da Lei nº 16390/10. Juntou também cópia de um esboço dos formulários para apreciação da Comissão e, caso aprovados, serem utilizados nos recadastramentos pretendidos. O Presidente, então, determinou que todos os presentes, inclusive os Secretários, ficassem intimados para a próxima reunião desta Comissão, designada para o dia 15/03/10, às 15h30 na sala de reuniões do Gabinete da Procuradoria-Geral. Determinou também a juntada dos documentos apresentados e a publicação da presente Ata de Instalação no Diário da Assembleia. Nada mais, lido e aprovado, vai por todos assinada, inclusive por mim, Guilherme Ferras Lewin, que secretariei a presente Sessão.

(aa) AYRTON COSTA LOYOLA, CLAUDIO MARQUES DA SILVA, JOSÉ ARY NASSIFF, GUILHERME FERRAZ LEWIN, ERON ABBoud

